Parte C ANÁLISES MONOGRÁFICAS



Capítulo 6

MINORIAS E LITERACIA: IMIGRANTES GUINEENSES EM PORTUGAL

(Por Fernando Luís Machado)

6.1. Introdução

Estudos nacionais levados a cabo em países como os E.U.A. e o Canadá têm encontrado níveis de iliteracia particularmente altos entre as minorias étnicas e raciais. Concluem esses estudos que o número de indivíduos que não têm as capacidades requeridas para serem membros de uma sociedade pós-industrial é consideravelmente maior nessas minorias do que no conjunto da população¹.

Estes resultados confirmam, neste domínio, o que se fica a saber a partir de pesquisas sobre outros aspectos da situação social de comunidades imigrantes e outras minorias. Seja na relação com o mercado de trabalho, nos resultados escolares das crianças, nas condições habitacionais ou na participação social e política tem-se comprovado amplamente que essas minorias são mais atingidas por processos de exclusão do que outras categorias e grupos sociais. Os níveis de iliteracia mais altos do que a média são, então, mais uma faceta do mesmo fenómeno, funcionando simultaneamente como condição e efeito desse desfavorecimento global.

É preciso dizer, contudo, que as coisas não se passam assim em todas as minorias. Minoria não é necessariamente sinónimo de exclusão social ou pobreza. Também há minorias com perfis sociais mais favorecidos do que a sociedade onde estão inseridas. Em termos de literacia, os estudos citados também deram conta de competências mais elevadas do que a média entre as minorias asiáticas, por exemplo.

Mas, de forma geral, e nomeadamente no que às minorias imigrantes diz respeito, pode-se afirmar que a condição imigrante em si própria, a que se junta, o mais das vezes, o desconhecimento da língua e da cultura das sociedades receptoras, se traduz, de forma especialmente visível, na dificuldade de

¹ Ver, por exemplo, Irwin Kirsch e Ann Jungeblut, *Literacy: Profiles of America's Young Adults*, Princeton (N.J.), N.A.E.P., 1986.

os seus membros lidarem com as exigências que a inserção nessas sociedades coloca ao nível da leitura e da escrita.

Em Portugal o conhecimento sobre a situação social das comunidades imigrantes é ainda relativamente limitado, até por a imigração ser um fenómeno recente. Em todo o caso, os trabalhos disponíveis sobre o tema mostram que grande parte dos membros dessas comunidades partilha uma condição social desfavorecida². O curto tempo de residência da maioria dos imigrantes não permite, no entanto, afirmar com segurança se a situação de desvantagem dos primeiros anos tenderá ou não a cristalizar-se e a reproduzir-se na actual geração e nas seguintes. Relativamente à problemática da literacia em particular os elementos disponíveis são praticamente inexistentes. Apenas um ou outro trabalho localizado sobre a integração de filhos de imigrantes nas escolas sugere, indirectamente, pistas de reflexão sobre as competências virtuais que essas crianças e jovens poderão ter à saída do sistema de ensino.

Esta monografia pretende dar um primeiro contributo para colmatar essa lacuna, partindo da análise da situação da literacia no caso particular da comunidade guineense, uma das que melhor representam o perfil actual dos imigrantes em Portugal. Interessa, a este nível, não tanto uma medição extensiva e sistemática de níveis de literacia, como foi feito a nível nacional, mas conhecer o lugar ocupado pela cultura letrada nesta categoria social específica e analisar factores e processos associados ao uso ou não-uso de competências de leitura, escrita e cálculo em situações da vida quotidiana. Para isso recorre-se a dados de um inquérito nacional aos guineenses realizado durante o ano de 1995³ e a informação complementar recolhida através da observação e de entrevistas específicas sobre esta problemática.

Mas para compreender as questões relativas à literacia propriamente dita é preciso, primeiro, situá-las brevemente no quadro mais amplo dos contornos e situação das minorias étnicas em Portugal e conhecer, depois, as características sociais, culturais e linguísticas particulares da comunidade guineense.

² Para uma visão de conjunto ver Maria do Céu Esteves (org.), *Portugal, País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1991. Para o estudo mais aprofundado de uma comunidade em particular ver Ana de Saint-Maurice, *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração – A População Cabo-verdiana Residente em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, ISCTE, 1994.

³ O Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995) é da responsabilidade do autor e insere-se numa pesquisa mais ampla intitulada «Etnicidade e Integração – Guineenses em Portugal».

6.2. Contornos e situação das minorias étnicas em Portugal

Se exceptuarmos o caso dos ciganos, com um longo passado em Portugal, e a presença africana entre os séculos XV e XVIII, cujo rasto o tempo diluiu, a presença de minorias étnicas e raciais na sociedade portuguesa actual decorre, basicamente, das migrações a partir das antigas colónias portuguesas em África.

A sua fixação começa ainda nos anos 60, quando um primeiro núcleo de cabo-verdianos se instala na região de Lisboa. No período imediatamente após Abril de 1974 e na sequência dos processos de descolonização, essa presença alarga-se e diversifica-se, com o estabelecimento de pequenas comunidades dos cinco países africanos de língua portuguesa, coincidindo com o regresso das centenas de milhar de portugueses que ali residiam.

Mas só a partir dos anos 80, e com particular intensidade na segunda metade da década, é que Portugal se configura plenamente como país de imigração. Apenas nesse período, que se prolonga até aos primeiros anos 90, a vinda de população africana se aproxima claramente da situação clássica de imigração de força de trabalho não qualificada, que se insere quase totalmente nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho. Trata-se de população jovem, predominantemente masculina, constituída sobretudo por cabo-verdianos, angolanos e guineenses. Incluem-se também aí imigrantes procedentes de outros países africanos para além dos PALOP.

Hoje, o leque da diversidade étnica na sociedade portuguesa abrange, para além dos ciganos, grupos naturais de todos os PALOP, as comunidades indianas, maioritariamente oriundas de Moçambique e etnicamente diferenciadas entre si, e ainda pequenos núcleos de timorenses, macaenses e chineses.

Dado que as estatísticas oficiais neste domínio pecam largamente por defeito e se contradizem entre si, não é possível calcular com segurança a dimensão quantitativa dessa presença. Numa estimativa por cima pode dizer-se, contudo, que o conjunto dessas minorias não ultrapassará os 2-2,5% do total da população residente. Entre as comunidades africanas a mais numerosa é a cabo-verdiana, seguida a uma certa distância pelos angolanos e guineenses, estes últimos com um crescimento especialmente rápido a partir de 1985.

Em termos globais, a imigração em Portugal apresenta um valor percentual muito distante dos registados nos países que, no contexto europeu, são grandes receptores de imigrantes, seja em termos simultaneamente absolutos e relativos, como a França, a Inglaterra ou a Alemanha, que apresentam taxas na ordem dos 5-6%, seja apenas em termos de percentagem da população, como a Suíça ou o Luxemburgo, muito acima desses valores.

Geograficamente as comunidades imigrantes estão muito concentradas nos concelhos mais populosos da região de Lisboa e Vale do Tejo, mas essa concentração já foi mais exclusiva. Actualmente regista-se alguma fixação de população africana na Área Metropolitana do Porto, no litoral centro em cidades como Aveiro e Coimbra, e em alguns concelhos do litoral algarvio. No interior do país a presença imigrante é residual.

Do ponto de vista da composição social e da identidade cultural há diferenças acentuadas entre as várias minorias, o que significa que cada uma delas se encontra em posição diferente quando comparada com o perfil médio da população portuguesa. Algumas têm uma condição social globalmente desfavorecida, outras não, algumas utilizam línguas próprias na comunicação quotidiana, outras expressam-se exclusivamente em português, enquanto do ponto de vista religioso se podem encontrar variadas filiações.

Para visualizarmos melhor a diversidade desses contornos podemos distribuir as várias minorias ao longo de dois eixos cruzados, um dos quais representa contrastes sociais e o outro contrastes culturais⁴. No primeiro eixo podem considerar-se como critérios a composição socioprofissional, os níveis de escolaridade, a estrutura etária e sexual ou a localização residencial; no segundo eixo retêm-se os critérios da filiação religiosa, da língua, dos padrões matrimoniais e dos modos de vida em geral. Num sistema de eixos assim definido, as várias minorias distribuem-se por um conjunto muito diversificado de posições.

A comunidade cabo-verdiana, por exemplo, distingue-se da população portuguesa mais pelos contrastes sociais, dadas as condições de desfavorecimento socioeconómico da maioria dos seus membros, do que pelos contrastes culturais, apesar da utilização de uma língua própria. Em posição simétrica encontram-se as comunidades indianas. No plano socioeconómico os contrastes médios com a população portuguesa não são significativos.

⁴ Sobre esta questão ver Fernando Luís Machado, «Etnicidade em Portugal – contrastes e politização», Sociologia – Problemas e Práticas, n.º 12, 1992.

É certo que há sectores mais desfavorecidos, como os hindus, mas também há sectores em que os contrastes são para cima, como é o caso dos ismaelitas. Já no plano cultural, os contrastes são acentuados. As várias comunidades indianas distinguem-se da população portuguesa pela filiação religiosa, pela utilização, em parte, de línguas próprias, pela endogamia muito marcada e pelos modos de vida, nomeadamente uma sociabilidade intra-étnica muito forte.

A comunidade guineense, por seu lado, configura ainda um terceiro tipo de localização. No plano socioeconómico encontra-se muito perto da comunidade cabo-verdiana, mas em termos culturais o contraste é mais acentuado. Isso deve-se não só à utilização de uma língua própria, o que também acontece com os cabo-verdianos, mas também a diferenças de filiação religiosa e ao fechamento intra-étnico de alguns sectores dessa comunidade.

A ocupação de lugares diferenciados neste mapa sociocultural tem, como veremos, repercussões directas sobre a problemática da literacia. Basta pensar na importância, a esse nível, da composição socioprofissional e dos perfis de escolaridade. Mas, a merecer ainda mais atenção, estão os casos em que a comunicação quotidiana entre membros da mesma comunidade não se faz em português mas noutra língua. Algumas das situações mais problemáticas no que às competências de leitura e escrita diz respeito são justamente aquelas em que a especificidade linguística se combina com estatutos socioprofissionais e perfis de escolaridade baixos.

Para uma compreensão mais alargada do lugar ocupado pelas minorias étnicas e raciais na sociedade portuguesa e respectivas implicações em termos de literacia importa, no entanto, cruzar este olhar de fora, que dá conta da diversidade externa das minorias, com um olhar para dentro que capte a diversidade interna de cada uma delas. Duas dimensões dessa diversidade interna são decisivas: a diferenciação de classe, em termos de condições de existência e de trajectórias sociais, e a posse ou não de nacionalidade portuguesa.

A questão da diferenciação de classe no interior de cada minoria deve ser devidamente salientada, visto serem comuns as representações sociais que associam a ideia de minoria étnica ou racial a uma categoria totalmente homogénea do ponto de vista da composição social. Minoria é, nesses casos, sinónimo directo de categoria social cujos membros têm todos condições sociais desfavorecidas.

Se é verdade que a proletarização e a concentração nos segmentos mais precários do mercado de trabalho são traços marcantes da condição social da grande maioria dos cabo-verdianos, guineenses e são-tomenses, também é certo que, mesmo nessas comunidades, existem segmentos de classe média, compostos por quadros e técnicos, e pequenas elites constituídas por empresários, quadros e profissionais liberais bem estabelecidos. Esses sectores médios e altos têm já expressão mais alargada nas comunidades angolana e moçambicana, enquanto nas comunidades indianas a situação predominante são pequenas actividades por conta própria, as quais, mesmo quando são relativamente frágeis, não deixam de representar um estatuto diferente do assalariamento precário dos trabalhadores por conta de outrem da construção civil. Mas nestas comunidades destaca-se, sobretudo, o segmento importante de empresários bem sucedidos, tanto no comércio como na indústria⁵.

Quando pensamos na relação entre minorias e literacia não podemos, portanto, abstrair dessa diferenciação. Os membros de determinada minoria podem concentrar-se mais do que a média da população num nível baixo de literacia, mas as correlações entre condição profissional ou grau de escolaridade e competências de leitura e de escrita não deixam de se verificar, tal como se verificam na população em geral. Além disso, certas especificidades de composição de classe, como seja o elevado número de trabalhadores independentes nas minorias indianas, por exemplo, não deixarão de se traduzir em competências particulares no domínio do cálculo.

O critério da nacionalidade, por seu lado, também introduz diferenciação na estruturação social das minorias. Claro que, só por si, a nacionalidade portuguesa não garante a quem a detém um melhor estatuto social. Mas constitui um limiar para oportunidades de vida que o comum dos imigrantes não tem ao seu alcance. Prova disso é que, genericamente, o sector das minorias africanas de nacionalidade portuguesa tem localizações de classe mais vantajosas do que os restantes. Enquanto o lugar de classe modal dos imigrantes africanos é o operariado precário, para os que têm nacionalidade portuguesa são as classes médias.

Para estes últimos isso deve-se, sobretudo, a percursos biográficos distintos dos trajectos dos imigrantes propriamente ditos. A posse de nacionalidade

⁵ Sobre as comunidades indianas ver Patrícia Ávila e Mariana Alves, «Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13, 1993.

portuguesa decorre de uma de duas condições, frequentemente acumuladas: existência de ascendentes com a nacionalidade portuguesa ou desempenho de funções profissionais nas antigas administrações coloniais. Em geral, essas pessoas vieram para Portugal logo a seguir à independência dos países de origem e puderam manter a posição social que as suas qualificações escolares e profissionais e o seu estatuto jurídico lhes garantiam antes. Em rigor, esses segmentos das comunidades oriundas dos PALOP são mais luso-africanos do que africanos imigrantes⁶.

O espectro da diversidade étnica em Portugal traduz-se, assim, em diferentes distâncias e proximidades em relação à sociedade, à cultura e à língua portuguesa, com implicações óbvias nas competências de leitura, escrita e cálculo. Pode mesmo dizer-se que se configuram aí situações polares de literacia. Num pólo estão, por exemplo, os guineenses muçulmanos, fulas ou mandingas, alfabetizados apenas em árabe, que se expressam exclusivamente nas suas línguas próprias e trabalham precariamente na construção civil; ou ainda os hindus de baixo estatuto social, que se expressam em gujarati e dominam mal a língua portuguesa, uns e outros mais fechados nas respectivas comunidades.

No pólo oposto estão os jovens estudantes universitários descendentes de famílias de africanos com a nacionalidade portuguesa e de estatuto social médio ou elevado, plenamente integrados na sociedade e na cultura portuguesa. Outra situação neste pólo é a das famílias de empresários ismaelitas, inseridas na economia formal em ramos como o mobiliário ou a indústria alimentar, cujos descendentes, ao mesmo tempo que fazem cursos superiores, se vão integrando na gestão dos negócios familiares, mantendo um grau elevado de fechamento comunitário.

6.3. Contornos e situação social da comunidade guineense

Perfil migratório e composição social

Para compreendermos alguns dos factores e processos associados à situação da literacia na comunidade guineense, há que conhecer os contornos dessa comunidade em termos migratórios, étnicos, linguísticos, escolares e

⁶ Para aprofundamento deste tema ver Fernando Luís Machado, «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 16.

socioprofissionais, considerando quer o estatuto actual dessa comunidade em Portugal, quer os trajectos individuais dos seus membros até e depois da chegada ao nosso país.

Entre as comunidades africanas fixadas em Portugal, a guineense é a terceira em números absolutos, a seguir aos cabo-verdianos e aos angolanos. Como se referiu atrás, é particularmente difícil conhecer a real dimensão quantitativa da população imigrante. Os dados oficiais do último Recenseamento Geral da População (1991) pecam largamente por defeito. Basta dizer que os valores apurados pelo Instituto Nacional de Estatística são significativamente mais baixos do que os do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, os quais, por razões óbvias, tendem eles próprios para a subestimação.

No caso da comunidade cabo-verdiana, por exemplo, o INE regista metade dos indivíduos que o SEF recenseia e os números dos Censos 91 são mesmo menores do que os do Recenseamento Geral da População de 1981.

Em face disto, resta fazer aproximações ao problema, aproveitando, apesar de tudo, o que os dados censitários podem dar e recorrendo adicionalmente a informação estatística sectorial. Estimativas feitas com base no número de crianças guineenses a frequentarem os estabelecimentos oficiais de ensino básico, número que se aproxima muito mais do respectivo universo de referência do que os dados dos Censos 91 se aproximam da população total, apontam para um valor na ordem das 13 000 pessoas⁷.

Embora tenha uma pequena componente fixada há mais tempo, formada por pessoas chegadas na sequência do 25 de Abril e da independência da Guiné-Bissau, que se juntaram a algumas outras já residentes em Portugal antes mesmo dessa data, o grosso dos guineenses actualmente a viver no nosso país chegou durante a segunda metade dos anos 80 e princípios dos anos 90.

O inquérito feito durante 1995 à população guineense revela que 75% dos inquiridos chegaram a Portugal depois de 1984. Se considerarmos apenas o sector operário, que representa a larga maioria da comunidade, esse número ultrapassa os noventa por cento. Compreende-se assim que, durante este

⁷ Os procedimentos detalhados seguidos no cálculo destas estimativas são apresentados em Fernando Luís Machado, "Guineenses em Portugal – etnicidade e integração", Relatório de Progresso apresentado à JNICT (projecto PCSH/SOC/748/93), 1995.

período, e de acordo com os números da imigração legalizada, seja a população guineense, entre todas as comunidades oriundas dos PALOP, aquela que apresenta a taxa de crescimento anual mais alta.

O curto tempo de residência é, por isso, uma variável importante para perceber a situação da comunidade. Em muitos casos, é ainda limitada e está em construção a familiaridade com a cultura e com a língua portuguesa, com as instituições e as lógicas sociais, com os espaços e os tempos do quotidiano, com o mercado de trabalho muito em particular. Em contrapartida, as competências de literacia no núcleo mais antigo, que é também o de perfil social mais favorecido e o que está mais integrado na sociedade portuguesa, não deixarão de reflectir essas diferenças de trajecto e condição social.

Tratando-se de uma comunidade imigrante muito recente, a sua estrutura sexual e etária é bastante desequilibrada, como acontece geralmente com migrações do mesmo tipo. O reagrupamento familiar, ao contrário do que acontece com outras comunidades africanas, é ainda limitado, não só pelo próprio tempo de residência, como pelos condicionamentos à imigração impostos pelas autoridades portuguesas nos últimos anos. Em cada cem pessoas setenta são homens.

É, por outro lado, uma população constituída basicamente por adultos jovens. Apenas 6% dos guineenses têm mais de 45 anos, ao passo que as crianças dos 0 aos 14 anos representam 14% da população total, número relativamente limitado se considerarmos que entre os portugueses, apesar do envelhecimento na base da pirâmide de idades, essa faixa representa vinte por cento.

Em termos de composição socioprofissional a categoria largamente maioritária é a dos trabalhadores da construção civil. Ela engloba 55% do total das pessoas com profissão e 70% dos activos masculinos. No sector feminino destacam-se as assalariadas dos serviços pessoais e domésticos, dos restaurantes e hotéis e algumas operárias de indústrias transformadoras, as quais somam, no seu conjunto, 16% do total da população activa e cerca de 61% das mulheres com profissão. É também de 16% o peso relativo dos profissionais liberais, quadros e técnicos intermédios no conjunto da população guineense. Os desempregados, a grande maioria dos quais são mulheres, atingem 4%, as domésticas representam 11% da população feminina e há 3,5% de reformados. Estes últimos números mostram bem um dos traços

característicos das comunidades imigrantes: taxas de actividade profissional muito elevadas, tanto para os homens como para as mulheres.

Quando analisamos a composição de classe da comunidade guineense damos conta do grande peso dos grupos domésticos operários. Eles são 65% do total, contra 18% de pequena burguesia técnica e de enquadramento, que reúne os quadros e técnicos intermédios, e cerca de 10% de pequena burguesia de execução, que aglomera os empregados do comércio e serviços. As fracções detentoras de propriedade têm um peso quantitativo muito reduzido: a pequena burguesia independente representa 4% da população e apenas um em cada cem guineenses é empresário.

Como acontece com as outras minorias dos PALOP, o contraste de composição social entre guineenses com e sem nacionalidade portuguesa é notório. O sector de classe média atrás referido é formado, sobretudo, por pessoas com a nacionalidade portuguesa, o que significa que as taxas de proletarização entre os imigrantes propriamente ditos, quer homens quer mulheres, é ainda mais alta do que os valores médios indicam. Se não contarmos com os guineenses de nacionalidade portuguesa, a proporção de grupos domésticos operários ultrapassa os oitenta por cento.

Em todo o caso, estamos também aqui perante uma significativa diferenciação de classe no interior da própria minoria, com tudo o que isso implica em diversidade de trajectos, recursos e valores. Não será demais relembrar que a análise das questões da literacia no contexto das minorias étnicas e raciais não pode ignorar essa diversidade. Ela reflecte-se, necessariamente, não só na variação dos níveis de literacia como nos processos e factores associados à relação quotidiana com a leitura, a escrita e o cálculo.

Tal como acontece com a população em geral, não é no sector dos profissionais liberais, dos quadros e dos técnicos que se colocam situações de literacia problemáticas. Essas situações surgem noutros contextos de classe, onde, pelo contrário, a sua gravidade pode, muitas vezes, ser maior do que entre os contextos homólogos da sociedade receptora. Basta pensar no factor linguístico e nos seus efeitos directos ao nível das competências de leitura e escrita. Entre as minorias que se expressam predominantemente em língua própria, e os guineenses são exemplo disso, é justamente nas classes mais baixas, como veremos, que a dificuldade em lidar com a língua portuguesa pode constituir um factor adicional de iliteracia.

Para perceber os contornos da comunidade guineense em Portugal não chega, porém, avaliar as condições sociais actuais dos seus membros. Sob pena de o retrato ficar incompleto, importa perceber, através das suas trajectórias sociais, o recrutamento migratório na origem e a posição desses imigrantes por referência à estrutura social guineense.

Genericamente pode dizer-se que a larga maioria deles é oriunda dos sectores mais modernos da sociedade guineense, ou seja, da região de Bissau, embora exista um subgrupo de perfil mais tradicional, proveniente das zonas rurais do interior. Para além da própria composição etária — os que imigram são os mais novos — essa extracção sociocultural particular torna-se mais evidente quando analisamos as origens geográficas, os trajectos internacionais de muitos antes da vinda para Portugal e, em especial, os níveis de escolaridade e as profissões ocupadas pelos imigrantes antes de virem para Portugal.

Mais de metade dos inquiridos nasceu em Bissau e mais de 80% viviam lá antes de virem para Portugal. É provável que, para alguns, a ida para Bissau constitua um elo intermédio dos percursos migratórios e que essa percentagem de residentes na capital seja constituída, em parte, por presenças de fresca data. No entanto, a percentagem de nascidos na capital é, só por si, significativa, até porque os pais e mães desses inquiridos têm locais de nascimento que se distribuem de forma mais dispersa e equilibrada por todo o país.

Por outro lado, é importante assinalar que, para uma parte destes imigrantes, a vinda para Portugal é antecedida por outras experiências migratórias. Dito de outra forma, há um circuito migratório mais amplo, de que a presença em Portugal é a fase porventura mais importante, mas não necessariamente a primeira nem a última. De facto, mais de vinte por cento dos imigrantes guineenses actualmente residentes em Portugal viveram, antes da vinda, noutros países, para além da Guiné-Bissau. Quase metade desse contingente viveu no vizinho Senegal. A passagem pelo Senegal é uma experiência comum a muitos guineenses, seja pela proximidade geográfica, seja pelas afinidades culturais e religiosas directas de algumas etnias de um e outro lado da fronteira, seja ainda por o Senegal ser um país mais desenvolvido do que a Guiné-Bissau, onde as oportunidades de vida serão hipoteticamente maiores.

Mas, para além da experiência senegalesa, um número considerável de outros guineenses fez percursos migratórios de mais longo alcance e para universos culturais bem mais contrastantes. Alguns viveram noutros países da União Europeia, nomeadamente em França e na Espanha; outros residiram,

de um modo geral para estudarem, em países da Europa do Leste e em Cuba; um terceiro grupo passou ainda por outros países africanos, sejam os de língua portuguesa, sejam países como a Argélia ou Marrocos.

Embora digam respeito apenas a uma parte dos imigrantes guineenses, estes trajectos internacionais não deixam de constituir indicadores de cosmopolitismo nos sistemas de disposições, diferenciando-os dos sectores mais tradicionais da sociedade guineense, onde há menos condições, deste e de outros tipos, para o surgimento e concretização de projectos migratórios.

Mas é em termos de composição socioprofissional e de níveis de escolaridade que se torna mais visível o perfil maioritário na imigração guineense. Num país que tem a grande maioria da sua população activa a trabalhar na agricultura, apenas se registam 5% de imigrantes que eram camponeses antes de virem para Portugal.

Pelo contrário, e no contexto da conhecida carência de recursos humanos qualificados nos países em vias de desenvolvimento, não deixa de surpreender que cerca de 34% dos actuais imigrantes fossem, na Guiné-Bissau, quadros e técnicos, com especial destaque para os professores. Adiante-se, desde já, que a maioria destes quadros e técnicos não conseguiu manter um estatuto social homólogo nem fazer valer as suas qualificações escolares no contexto de imigração. Antes sofreram processos de desqualificação social a que voltaremos, visto ser um dos dados mais relevantes deste estudo no que concerne à relação entre imigração e literacia.

Registe-se ainda um pouco mais de 20% de empregados administrativos, outros tantos operários – geralmente de pequenos ofícios, alguns da construção civil e motoristas – e cerca de 15% de vendedores e empregados de serviços pessoais e domésticos.

Se considerarmos globalmente os quadros, os técnicos e os empregados administrativos, temos um conjunto de lugares profissionais quase exclusivamente pertencente ao sector estatal da economia. Na medida em que depende do salário mensal como fonte de rendimento única, ou principal, este é justamente o sector da sociedade guineense que tem sofrido mais directamente os efeitos de uma situação duradoura de grave crise económica, que se traduziu, inclusive, em medidas de redução de efectivos na função pública.

Converge assim, numa mesma categoria social, um duplo condicionamento para a emigração. Por um lado, recursos pessoais e sistemas de dispo-

sições mais progressivos, factores que só por si podem contribuir para a decisão individual de emigrar; por outro lado, a degradação dos padrões de vida e do poder de compra dos salários, com a consequente frustração de aspirações, as quais eram perfeitamente justificadas, dado o próprio perfil socioprofissional das pessoas em questão no contexto da sociedade guineense.

Trajectos e perfis de escolaridade

Vejamos, então, para precisarmos este ponto, os níveis de escolaridade dos imigrantes guineenses e o seu significado no contexto do país de origem. Os dados do inquérito realizado dão conta de apenas 3,5% de analfabetos e outros tantos alfabetizados noutra língua, neste caso árabe; com o ensino primário e preparatório, respectivamente, 9% e 8% dos inquiridos; a larga maioria com o secundário unificado (29%) e o secundário complementar (24,3%); e um número considerável de indivíduos com ensino superior (17%) e médio (8%), embora parte deles não tenha completado esses graus de ensino.

O contraste com o panorama da escolarização na Guiné-Bissau é marcante. Um estudo sobre a situação da educação naquele país, realizado em 1985, dá conta de níveis de alfabetização muito baixos. Cerca de 90% da população com idade superior a 7 anos era analfabeta e apenas 9,8% da população total estava inserida no sistema educativo formal⁸. Acresce que apenas 50% das crianças frequentam o ensino elementar de base, sendo certo que a maioria esmagadora daqueles que entram no sistema de ensino não termina o ensino secundário⁹.

Importa ter presente que uma parte dos imigrantes guineenses completou os seus trajectos escolares já fora do seu país. Cerca de um terço estudou na Guiné-Bissau e em Portugal e alguns outros estudaram ainda em países terceiros. Em todo o caso, a comparação directa entre perfis de escolaridade de imigrantes e da população do país de origem aplica-se maioritariamente e é bastante eloquente no que respeita à extracção social da maioria desses imigrantes.

⁸ Ver o estudo A Educação na República da Guiné-Bissau. Análise Sectorial, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, da autoria de António Guterres, Eduardo Marçal Grilo, Luís Lamas e Roberto Carneiro.

⁹ Para estes útlimos e outros elementos sobre a sociedade guineense, ver Carlos Lopes, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

Por outro lado, estamos perante um perfil escolar que é elevado mesmo comparado com os padrões do país de chegada. Claro que, nesta comparação, não podemos abstrair das condições de desenvolvimento e da eficácia respectiva dos sistemas de ensino na Guiné-Bissau e em Portugal. No caso da Guiné, apesar do esforço de alargamento do sistema de ensino no pós-independência, os resultados alcançados foram sempre condicionados pelas dificuldades continuadas da economia do país.

Certamente que as competências de leitura, escrita e cálculo adquiridas, por exemplo, em nove anos de escolaridade em Portugal são, em média, maiores do que as adquiridas em tempo equivalente na Guiné-Bissau, não só pelas deficiências várias do sistema de ensino naquele país, como pelo facto de a língua portuguesa, embora oficial, ter, como veremos, expressão reduzida no quotidiano das pessoas. Também se poderia pensar aqui nas diferenças entre trajectos escolares integralmente percorridos depois da independência e aqueles que se iniciaram antes dela. Para os poucos que no tempo colonial acederam à escola, a formação de base nos primeiros anos foi comparativamente mais sólida, a começar pelo próprio domínio da língua portuguesa.

Contudo, o necessário relativismo a introduzir na comparação tem os seus próprios limites. Desde logo, porque uma parte dos imigrantes guineenses completou os seus trajectos escolares já em Portugal. Além disso, mesmo no subconjunto dos guineenses a trabalhar na construção civil, encontramos 9% de indivíduos que frequentaram e/ou completaram o ensino superior e 5,6% o ensino médio, alguns já em Portugal, outros em países terceiros. Estes valores "anómalos" são muito superiores não só aos que se observam nesse sector de actividade, mesmo nos escalões profissionais de enquadramento, como relativamente aos níveis médios de escolaridade da população activa no seu conjunto. Eles só confirmam, afinal, a existência dos trajectos de desqualificação social referidos, trajectos que abordaremos adiante, dada a sua relevância para a compreensão da situação da literacia no contexto da imigração.

Para podermos perceber, de forma mais integrada, o perfil da imigração da Guiné-Bissau para Portugal, podemos dizer que ela provém, fundamentalmente, de dois sectores. Por um lado, e com expressão maioritária, os imigrantes provêm do que o sociólogo guineense Rui Ribeiro designa por "sociedade crioula", ou seja, aquele segmento da sociedade guineense que, através da colonização e dos efeitos culturais duradouros daí resultantes, viveu de

forma mais directa a articulação entre a sociedade e a cultura portuguesa, e as sociedades e culturas africanas autóctones.

Incluem-se aí os que vivem e trabalham na região de Bissau, dominam melhor a língua portuguesa, têm algum grau de miscigenação nas suas genealogias, estão inseridos em estruturas familiares mais europeizadas e que, do ponto de vista religioso, mais influenciados foram pela matriz católica do país colonizador¹⁰. Em face desta caracterização, pode-se dizer que o subconjunto dos guineenses fixados em Portugal com a nacionalidade portuguesa é oriundo, quase exclusivamente, dessa sociedade crioula. Mas, pelo seu perfil urbano, escolar e profissional, uma grande parte dos imigrantes propriamente ditos também é.

O segundo sector, de expressão minoritária, mas cuja importância não se deve perder de vista, é aquele que se pode considerar mais tradicional, mais distante dos contornos dessa sociedade crioula. Ele compreende indivíduos das etnias predominantemente muçulmanas, entre elas os Fulas e os Mandingas, parte dos quais não é alfabetizada em português, mas apenas em árabe, embora alguns acumulem, e que, mesmo quando não vêm directamente das zonas interiores da Guiné para Portugal, têm uma ligação mais ténue à cultura crioula de Bissau.

Aí se podem incluir também elementos de outras etnias, Manjacos ou Balantas, de religião animista, e com modos de vida igualmente mais distantes do padrão urbano e europeizado. Uns e outros partilham níveis de escolaridade mais baixos do que a média dos imigrantes guineenses e maior dificuldade em lidarem com a língua portuguesa, com as consequentes implicações ao nível das competências da leitura e da escrita, como veremos.

A consideração da diversidade étnica e das particularidades linguísticas da Guiné-Bissau e do modo como elas se manifestam na comunidade guineense em Portugal é, de resto, indispensável para a plena compreensão dos contornos sociais e culturais dessa comunidade.

6.4. Diversidade etno-linguística dos guineenses e literacia

Sendo um pequeno país cuja população não chega a atingir um milhão de habitantes, a Guiné-Bissau é extremamente diversificada na sua composição étnica e linguística.

¹⁰ Sobre este tema ver Carlos Rui Ribeiro, A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960), Lisboa, ISCTE, 1986.

As etnias da Guiné são mais de vinte. Para além do sector minoritário que configura a "sociedade crioula" atrás referida, os principais grupos são os Balantas, uma etnia animista que representa 27% da população total e onde se salienta, no plano da actividade económica, o cultivo de arroz; os Fulas (23%) e os Mandingas (12%), etnias muçulmanas, predominantes nas zonas do interior norte e leste, junto à fronteira com o Senegal e a Guiné-Conakry e que, para além de agricultores, são criadores de gado, artesãos e comerciantes; os Manjacos (11%) e os Papéis (10%), povos do litoral, os primeiros animistas e também predominantemente agricultores, os segundos concentrados na região da capital e onde a influência do catolicismo é maior. É justamente nesta última etnia que as afinidades e sobreposições com a sociedade crioula são mais expressivas.

Numa outra perspectiva, pode dizer-se, com Jean Pierre Lepri, que a Guiné-Bissau comporta três grupos sociais, diferentes em função da respectiva origem: as "sociedades indígenas", as "sociedades arabógenas", produtos da influência árabe, e as "sociedades europógenas", resultantes da influência europeia, nomeadamente portuguesa¹¹.

A religião e a língua são dois eixos fundamentais desta diversidade. Globalmente, e de acordo com os dados censitários de 1979, os animistas representariam 60% da população, os muçulmanos 35% e os católicos apenas cinco por cento. É provável que este último número esteja subestimado. Não só a autodeclaração como católico, nos anos a seguir à independência, não seria feita inteiramente à vontade, como é certo que, na década de 80, a influência da Igreja Católica cresceu consideravelmente.

Todo o mosaico étnico da sociedade guineense encontra tradução específica no plano linguístico. Cada um dos grupos referidos tem a sua língua própria e, no caso da língua fula, há mesmo uma forma de escrita, que utiliza os caracteres árabes, com signos diacríticos para os adaptar à sua pronúncia específica. No caso das etnias muçulmanas, a identidade religiosa e, por essa via, a leitura e a escrita, têm o seu veículo privilegiado de reprodução nas escolas corânicas, espalhadas um pouco por todo o território, mas, como é

¹¹ Cf. Jean Pierre Lepri, «Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual», *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 1, 1986. Para desenvolvimentos sobre a diversidade étnica da Guiné-Bissau, ver Carlos Lopes, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

óbvio, com maior incidência nas zonas habitadas predominantemente por muçulmanos, zonas essas onde as taxas de cobertura e de frequência do sistema de ensino oficial são justamente mais baixas.

Para além das línguas étnicas, há o crioulo, única veículo linguístico com alguma expressão nacional apesar de boa parte da população guineense não o falar, e só depois o português, com fraca expressão, falado por uma pequena minoria. Dados censitários de 1979 mostram que 11% dos guineenses falam o português, 44% o crioulo e a restante população apenas as línguas étnicas: o balanta e o fula são falados respectivamente por 25% e 20% dos guineenses, o mandinga por 10% e o manjaco por 8%. Os dados sobre os falantes do português podem, ainda assim, estar sobreavaliados, pois, de acordo com Carlos Lopes, "socialmente declarar-se falante de português significa posicionar-se com um maior índice de escolarização" 12.

A situação linguística geral, e a evolução do português em particular, nos países de origem dos imigrantes africanos, é uma variável de enquadramento importante, visto ter influência directa nos processos de inserção desses imigrantes na sociedade portuguesa, e, muito especialmente, ao nível da literacia. Para lá do facto de ser língua oficial, o peso efectivo da língua portuguesa é muito diferente nos cinco PALOP e as suas modalidades de evolução também. Um dos estudiosos deste problema, Manuel Ferreira, fala, por exemplo, de processos de guineização, cabo-verdianização, angolanização, moçambicanização e são-tomensização da língua portuguesa¹³.

De todos os cinco PALOP, a Guiné-Bissau é aquele onde a posição da língua portuguesa é mais frágil. Para além das já referidas línguas étnicas, ainda fortemente implantadas nas zonas de maior concentração das etnias que as falam, o português sofre, sobretudo, a concorrência do crioulo, o verdadeiro veículo de uma virtual unificação linguística no país.

A expansão do crioulo começa com a guerra de libertação, já que era o suporte linguístico por excelência e o portador da mensagem política do próprio PAIGC. Depois da independência, e paralelamente a uma opção

¹² Carlos Lopes, *Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

¹³ Manuel, Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?, Lisboa, Edições a Preto e Branco, 1988.

estratégica pela língua portuguesa como idioma oficial, as autoridades guineenses, através da sua política cultural, reabilitam e promovem o crioulo, oficialmente marginalizado ou desvalorizado na época colonial. Hoje o crioulo continua em expansão. Ele vai conquistando terreno às línguas étnicas, através das camadas etárias mais jovens, dos aparelhos da administração pública e das relações comerciais dentro do espaço nacional guineense¹⁴.

O estatuto oficial da língua portuguesa, embora importante nas relações políticas, económicas e culturais com o exterior e, internamente, em alguns espaços institucionais como a escola, opção longe, aliás, de ser pacífica, não encontra tradução na vida quotidiana e não é em português que a grande maioria dos guineenses aprende a falar¹⁵.

Uma variável nova, cujos efeitos ao nível da língua ainda é cedo para avaliar, é a televisão. Falada em português, o seu surgimento há alguns anos na Guiné-Bissau, na sequência do que aconteceu nos outros PALOP, terá certamente consequências no plano da difusão linguística, que importa não perder de vista. A emigração para Portugal não deixará ela própria de ter também influência na posição do português na Guiné-Bissau, quer através da experiência directa dos emigrantes e das idas e vindas periódicas de uma parte deles, quer depois de futuros regressos ao país de origem.

Note-se, por outro lado, que, como refere Carlos Lopes, há uma relação preferencial com o português e a cultura portuguesa por parte das "camadas no poder": o português, "se não é falado por todos, é admirado como língua de referência da cultura, que para a esmagadora maioria da pequena burguesia guineense é a portuguesa. Lisboa é ainda a 'metrópole', onde jogam os clubes de que se gosta, as modas que se seguem ou os filmes que se quer ver"¹⁶.

Com o processo de emigração, o mosaico etno-linguístico que compõe a estrutura social da Guiné-Bissau não foi obviamente transposto, tal e qual, para a comunidade guineense fixada em Portugal. Já vimos que a maioria dos

¹⁴ Para um estudo exaustivo sobre o crioulo ver Benjamim Pinto, *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria.* Lisboa e Bissau, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau), 1989.

¹⁵ Para análises sobre a realidade e processos de transformação linguística da Guiné-Bissau ver Mário Santos, «Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística», *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 4, 1987 e Ibrahim Djaló, «Contribuição para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional», *Soronha, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 3, 1987.

¹⁶ Carlos Lopes, Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau, op. cit.

imigrantes guineenses provém dos segmentos sociais mais modernos, urbanos e escolarizados do país, embora seja também significativo o número dos que provêm dos sectores mais tradicionais.

Isso mesmo se comprova quando analisamos o peso dos vários grupos étnicos entre a população imigrante. Os Papéis, da região de Bissau, são o grupo numericamente mais importante (17%), seguidos dos Manjacos (15%) e dos Fulas (14%). Os Balantas, que, como vimos, são a etnia com maior peso quantitativo na Guiné, representam somente seis por cento dos imigrantes.

Independentemente da importância que têm para compreendermos os contornos e a diferenciação interna da comunidade guineense em Portugal, é preciso sublinhar aqui que estas pertenças étnicas não podem, como qualquer outra dimensão da identidade social dos grupos, ser tomadas como estáticas e definitivas.

Vale a pena explicitar que os números apresentados resultam de um indicador em que se pede ao inquirido, sob a forma de pergunta aberta, que diga a etnia a que pertence. Ficou claro que essa referência não tem para todos o mesmo significado. Ele varia em função da condição social, passada e actual, e dos trajectos mais ou menos singulares de cada indivíduo. Assim se compreende que 7% dos entrevistados tenha respondido não ser "de nenhuma etnia", que outros tantos tenham dito serem misturados com cabo-verdianos e que 14% deles se tenham auto-identificado como "mistos" ou de dupla referência, dadas as diferentes pertenças étnicas do pai e da mãe. O grupo mais numeroso é, com efeito, o daqueles que não se atribuíram nenhuma pertença étnica "pura", o que é coerente com o que foi dito quanto ao recrutamento e ao perfil social dos imigrantes guineenses.

Em face do perfil social e étnico traçado, vejamos então como se coloca a questão linguística, que é a que mais directamente interessa para enquadrar o problema da literacia no contexto deste grupo específico.

Como se referiu, perto de metade dos imigrantes guineenses nasceu em Bissau e mais de 80% viviam aí antes da vinda. Bissau é justamente a região da Guiné onde o uso do crioulo atinge expressão máxima, sendo falado por quase noventa por cento dos habitantes¹⁷. Não admira, portanto, a predo-

¹⁷ Cf. Mário Santos, op. cit.

minância do crioulo como veículo de expressão doméstica dos imigrantes guineenses em Portugal (Quadro 6.1).

O seu uso em casa é corrente para mais de 70% dos inquiridos, embora só 14% o declarem exclusivo. Na maioria dos casos o crioulo é utilizado paralelamente ao português, em combinatórias variadas, mas com prevalência do primeiro. Por seu lado, as situações de exclusividade do português como língua doméstica são minoritárias, ocorrendo em menos de 10% dos casos. Note-se que estas situações acontecem, quase exclusivamente, entre os guineenses de nacionalidade portuguesa, com estatuto social mais alto e com maior tempo de residência. Realce ainda para os 14% de inquiridos que afirmam falar outras línguas, principalmente o fula, e só pontualmente recorrem ao crioulo.

Quadro 6.1: Língua falada em casa pelos imigrantes guineenses (%)

Tanto português como crioulo	28,5
Mais crioulo, mas também português	21,0
Só crioulo	14,0
Línguas étnicas e pontualmente crioulo	14,0
Mais português, mas também crioulo	13,3
Só português	9,3

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

A sua própria selecção social e cultural faz que o número de falantes de português entre os imigrantes guineenses seja muitíssimo maior do que entre a população de origem. Para isso contribui, igualmente, o incremento do domínio da língua portuguesa suscitado pela presença em Portugal, particularmente ao nível das gerações mais novas. Justifica-se, assim, que na maioria das vezes o uso do português como língua doméstica acabe por ter alguma expressão.

Em todo o caso, é preciso ter presentes os quadros habitacionais destes imigrantes para perceber melhor a sua situação linguística. A maioria vive em quartos, partes de casa, anexos, e até em camaratas contíguas aos estaleiros das grandes obras de construção civil, em contextos, portanto, onde há quase sempre não falantes de crioulo, sejam eles senhorios, outros inquilinos ou colegas de trabalho. É com esses que se fala o português ou então com os conhecidos e amigos não-guineenses.

Se a pergunta fosse "Que língua fala quando está com outros guineenses?" as respostas "só crioulo" seriam certamente esmagadoras. O crioulo é o veículo de comunicação por excelência no espaço intragrupo, seja na família, nas redes de amizade ou nos contactos mais disseminados dentro da comunidade. Embora o domínio do português aumente com os níveis de escolaridade, isso não significa que o uso do crioulo diminua. Entre os guineenses com elevado capital escolar e sem dificuldades na utilização fluente da língua portuguesa, como é o caso dos que fizeram cursos universitários em Portugal, fala-se correntemente crioulo e muito menos português.

Mesmo nos contextos profissionais, onde a interacção extragrupo é, por maioria de razão, mais forte e a utilização do português se impõe, o uso do crioulo está longe de ser raro. A forte presença de imigrantes africanos na construção civil coloca, muitas vezes, guineenses ao lado de guineenses, cabo-verdianos ao lado de cabo-verdianos, ou ainda uns e outros misturados. Nessas situações o uso do crioulo é corrente, mesmo entre guineenses e cabo-verdianos, os quais, na maioria das vezes, e apesar das diferenças dos crioulos respectivos, comunicam entre si dispensando o português.

Na construção civil formam-se, assim, pequenos "enclaves linguísticos", os quais são favorecidos pelas próprias formas de organização do trabalho. Note-se que para muitos trabalhadores imigrantes, ainda mais quando têm dificuldade em falar e entender o português, a comunicação directa com os encarregados e chefes de equipa portugueses é pouco frequente, sendo essa ligação mediada por terceiros.

Portanto, mesmo estando em Portugal, a socialização linguística dos imigrantes guineenses, e o mesmo acontecerá com os cabo-verdianos, decorre em dois registos e não num só. Embora o ambiente linguístico mais amplo seja o do português, onde, para além do que se passa no meio profissional, não se pode esquecer a influência dos meios de comunicação, o crioulo tem os seus próprios circuitos de reprodução. O exemplo talvez mais eloquente disso é o dos indivíduos oriundos das zonas mais tradicionais da Guiné, que, expressando-se à chegada exclusivamente em fula, mandinga ou manjaco, vêm a aprender a falar o crioulo em Portugal, como o aprenderiam se tivessem ido viver para Bissau.

O peso do crioulo não significa, no entanto, que não se valorize o português, até como meio de integração. Veremos isso adiante, a propósito da comunicação entre adultos e crianças e da relação destas com a escola.

De qualquer modo, as especificidades linguísticas que caracterizam os guineenses, como, aliás, acontece, em moldes muito semelhantes, com os cabo-verdianos, são uma variável mediadora indispensável para situar a questão da literacia no contexto da população imigrante.

A auto-avaliação que os imigrantes guineenses fazem do seu domínio da língua portuguesa revela isso mesmo.

O Quadro 6.2 compara as dificuldades em compreender, falar e escrever português de três categorias de referência construídas a partir do inquérito aos guineenses: o conjunto dos inquiridos, o grupo dos que trabalham na construção civil e o grupo dos guineenses muçulmanos. À construção dessas categorias presidiu o critério da diferenciação interna da comunidade. Visa comparar-se o que se pode considerar um perfil sociocultural médio dos imigrantes guineenses — a comunidade no seu conjunto — com dois subconjuntos particulares. Um desses subconjuntos representa a condição de classe que, como vimos atrás, é largamente maioritária; o outro destaca um perfil cultural específico, não esquecendo, contudo, que a esmagadora maioria dos guineenses muçulmanos são também trabalhadores da construção civil.

Quadro 6.2: Auto-avaliação do domínio do português pelos imigrantes guineenses (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Guineenses operários da construção civil	Guineenses muçulmanos
Dificuldade em compreender o português	9,5	14,2	27,1
Dificuldade em falar português	16,3	21,3	35,3
Dificuldade em escrever português	20,7	26,4	40,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

Qualquer das três categorias reconhece dificuldades crescentes quando se passa da compreensão do português para o português falado e deste para o escrito. Enquanto apenas 9,5% reconhecem ter dificuldade em compreender o português, já os que afirmam ter dificuldade em escrevê-lo são mais do dobro dos anteriores.

É provável que, numa avaliação exterior, este valor subisse. Isso é justamente o que ocorre ao nível da locução do português, em que as dificulda-

des auto-reconhecidas são mais baixas do que aquelas de que a avaliação pelo entrevistador dá conta (Quadro 6.3).

A este propósito, vale a pena voltar, brevemente, ao perfil de escolaridade dos imigrantes guineenses e ao facto de na Guiné-Bissau a escolarização em português ocorrer num contexto linguístico em que o crioulo ou as línguas indígenas prevalecem largamente. Lopes, por exemplo, refere o nível muito baixo de domínio do português dos alunos que terminam o liceu, incapazes "de redigir duas páginas expressando claramente as suas ideias sobre um assunto tão simples como o da tradicional redação sobre as 'férias da Páscoa'". É que, acrescenta Lopes, "os professores não sabem a língua de Camões para fazer o mesmo e, portanto, apenas tentam adaptar Gil Vicente ao que usam e conhecem no dia-a-dia: o crioulo"18.

Quadro 6.3: Domínio do português falado pelos imigrantes guineenses

– avaliação pelo entrevistador (%)

	Conjunto	Guineenses	Guineenses
	dos	operários da	muçulmanos
	imigrantes	construção	
	guineenses	civil	
fala com facilidade	67,1	54,3	42,4
fala com alguma dificuldade	20,9	26,9	25,9
fala com muita dificuldade	10,1	15,2	25,9
não fala	2,0	3,6	5,9

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

Para além de alguma crueza nesta observação, e de ela poder ser relativizada pelo facto, bem conhecido, de as capacidades de redacção em português de muitos alunos que terminam o secundário em Portugal também não serem famosas, não deixa de se chamar a atenção para um ponto importante. Dado o registo linguístico particular dos guineenses, nove ou doze anos de escolarização, mesmo quando parte deles é feita em Portugal, não asseguram o grau de domínio de português escrito que se poderia esperar à partida. Com efeito, quando se faz variar as dificuldades auto-reconhecidas na escrita do português com os níveis de escolaridade, só mesmo os inquiridos que frequentaram e/ou completaram o ensino superior afirmam não ter dificuldades em escrever a língua portuguesa.

¹⁸ Cf. Carlos Lopes, Para uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau.

Voltando ainda aos dados do Quadro 6.2 merece destaque a relação substancialmente diferente das três categorias com a língua portuguesa. Os operários já se afastam do padrão representado pelos valores médios do conjunto da comunidade, dizendo terem comparativamente mais dificuldades tanto para compreender, como para falar ou escrever o português; mas é no caso dos muçulmanos que os valores, nesses três planos, são consideravelmente mais altos. Neste subconjunto, 35% afirmam ter dificuldade em falar português e 40% em escrevê-lo.

A diferenciação destas categorias no domínio da língua portuguesa é confirmada plenamente pela avaliação directa dos entrevistadores que aplicaram os questionários (Quadro 6.3). A discrepância entre auto-avaliação e avaliação externa, ao nível da locução do português (único plano em que foi possível fazer a comparação directa) é patente em todas as três categorias. Mas é justamente no caso dos fulas e dos mandingas que essa discrepância é maior. Do ponto de vista dos entrevistadores só cerca de 40% deles falam português com facilidade.

As diferenças no domínio da língua portuguesa são, afinal, expressão da própria diferenciação interna da comunidade guineense em termos sociais e culturais. Enquanto os operários da construção civil e os muçulmanos configuram categorias que estão acima da média das dificuldades no uso do português, facilmente encontraríamos valores abaixo dessa média, quer nos guineenses que acumulam a nacionalidade portuguesa, com um estatuto social alto ou médio e um tempo de residência mais longo, quer no subconjunto dos que completaram o ensino superior.

Também encontraríamos dificuldades elevadas, maiores até do que as dos guineenses muçulmanos, se isolássemos o grupo dos que não têm mais do que o ensino primário como habilitações escolares. Diga-se, aliás, que o inquérito à população guineense encontra correlações sistemáticas entre níveis de escolaridade e indicadores indirectos de literacia. Isso acontece não só ao nível do domínio da língua portuguesa, como também na frequência de leitura de livros, revistas e jornais, esta última em convergência, de resto, com os dados do Estudo Nacional da Literacia.

6.5. Práticas quotidianas e literacia

Analisados brevemente a situação e os contornos sociais, culturais e linguísticos das minorias étnicas em Portugal e, de forma mais desenvolvida, o

caso da comunidade oriunda da Guiné-Bissau, vejamos agora como se coloca a questão da literacia no contexto da vida quotidiana dos imigrantes guineenses. Seguindo a operacionalização do conceito estabelecida pelo Estudo Nacional de Literacia retêm-se aqui dimensões da vida quotidiana que permitem compreender como se processa a utilização de competências de leitura, escrita e cálculo em três planos distintos mas articulados: vida profissional, vida social e vida pessoal.

Não se trata de medir extensivamente essas competências, chegar a níveis de literacia e localizar a população imigrante nesses níveis. Pretende-se, isso sim, identificar processos e factores associados à utilização ou não utilização no dia-a-dia das competências de escrita, leitura e cálculo disponíveis.

Para identificar e analisar esses processos e factores tomaram-se como observáveis o contexto profissional da construção civil e, secundariamente, o dos serviços domésticos e pessoais, sectores onde se concentra a larga maioria dos imigrantes; a relação com instituições e documentos escritos, desde os departamentos oficiais até aos documentos implicados numa série de relações contratuais privadas relativas à habitação, consumo e aquisição de serviços; a leitura de jornais, livros e revistas, a propósito da qual se poderão fazer algumas comparações com os dados nacionais disponíveis; e, finalmente, a comunicação com familiares e amigos no país de origem, aspecto central na vida de qualquer comunidade imigrante, tratando-se, sobretudo, de uma imigração de fresca data como é o caso da guineense em Portugal.

Complementarmente, serão analisados dois processos específicos também reveladores do modo como se coloca a problemática da literacia no contexto da imigração: por um lado, os trajectos de desqualificação social vividos por um número significativo de imigrantes guineenses com elevadas qualificações escolares a trabalhar na construção civil e nos serviços pessoais e domésticos, trajectos que configuram uma regressão virtual das competências disponíveis; por outro lado, a problemática da escolarização dos filhos dos imigrantes e a sua relação com a literacia.

Contextos profissionais: o trabalho na construção civil

A actividade profissional tem um peso enorme no quotidiano da grande maioria dos imigrantes. Os seus projectos de acumulação e os compromissos assumidos a partir do momento em que passam a enviar regularmente dinheiro para a família, a qual tem quase sempre nessas remessas a principal fonte de rendimento, ajustam-se plenamente às estratégias prevalecentes em subsectores económicos amplamente desregulamentados, onde os vínculos, as condições e os direitos são precários, mas onde, para quem aceite submeter-se a estes parâmetros, o trabalho não falta. O ramo da construção civil e das obras públicas é o paradigma desta modalidade de emprego.

Para se ter uma ideia do tempo ocupado pelo trabalho numa semana ou mês-tipo da vida de um imigrante que trabalhe na construção civil, basta pensar em jornadas diárias de 10 a 12 horas, seis dias por semana. A este tem de juntar o tempo de transporte, geralmente longo, para locais de trabalho que podem distar 40 ou mais quilómetros do ponto de residência e que, pela própria natureza do sector, vão mudando de tanto em tanto tempo, ao ritmo da dimensão e da duração das obras. Sendo esta a norma geral de orçamento-tempo semanal ou mensal do imigrante na construção civil, há ainda, com certa frequência, períodos em que a pressão dos prazos para entrega das obras acabadas leva ao prolongamento do trabalho pela noite e aos domingos.

Do ponto de vista da literacia, a situação destes imigrantes pode resumir-se da seguinte forma: a actividade que, de longe, consome a maior parte do seu tempo e energia é justamente aquela em que as exigências de literacia são das mais baixas e onde é rara a utilização da escrita e da leitura, embora o mesmo já não aconteça no que respeita ao cálculo.

Desde logo, para a maioria dos imigrantes, a entrada ou a saída do mercado de trabalho da construção civil não implica a elaboração ou manipulação de documentos escritos ou outros impressos. O início de actividade é praticamente instantâneo, sem mediações formais a esse nível. Muitos imigrantes começaram e começam a trabalhar no dia seguinte ou uns dias depois da sua chegada, através do contacto de um familiar ou conhecido que já cá residia há mais tempo ou indo procurar trabalho directamente nas obras. Não há, portanto, as mediações de leitura e escrita que regulam o acesso ao mercado de trabalho de outras categorias profissionais — consulta de jornais para procurar colocação, preenchimento de impressos num centro de emprego ou entrega do currículo e realização de testes junto de potenciais empregadores.

Uma vez dentro do circuito da construção civil, cada trabalhador imigrante tem uma elevada probabilidade de vir a ser recrutado por uma sucessão de diferentes empregadores, porque acaba a obra e o empreiteiro não tem mais trabalho para dar, porque não lhe pagam e vem embora ou porque

encontra melhor situação. Mas todas essas mudanças e a procura de novas colocações processam-se, quase sempre, através dessas redes de interconhecimento, que, nesta altura, podem incluir, para além de familiares, amigos e conhecidos, também antigos patrões.

O próprio documento escrito que, noutros sectores de actividade, consagra o vínculo laboral – o contrato de trabalho – está muito longe de ser a norma na construção civil. Essa ausência afecta trabalhadores imigrantes e não imigrantes, embora mais os primeiros do que os últimos. No caso dos guineenses a trabalhar no sector, 63% não tem contrato de trabalho. Diga-se a propósito que, em termos globais, a taxa de não declaração de trabalhadores na construção civil é elevadíssima, muito mais alta, por exemplo, do que na indústria transformadora. Em 1991, estimava-se essa taxa em 45,4%¹⁹.

Como veremos no ponto seguinte, a informalidade generalizada da relação laboral, que se traduz na inexistência de documentos que comprovem a própria efectividade dessa relação, tem como consequência situações homólogas de informalidade noutros domínios do quotidiano, onde, por isso mesmo, se torna igualmente raro lidar com documentos ou impressos. Veja-se, por exemplo, que mais de metade dos imigrantes guineenses deste sector não fazem quaisquer descontos para a segurança social.

A raridade dos contactos com materiais escritos prolonga-se, depois, no próprio exercício das tarefas profissionais. Como se mostra em vários momentos do Estudo Nacional de Literacia, a utilização da escrita e da leitura no conjunto dos contextos profissionais operários é pouco frequente. No sector da construção essa frequência será ainda menor. Aí o comum dos trabalhadores manuais raramente utiliza, no curso da sua rotina diária, materiais escritos ou documentos impressos de qualquer tipo, como sejam indicações ou planos de trabalho, plantas, notas ou relatórios. Um dos entrevistados para este estudo, em cinco anos de trabalho na construção em Portugal, só uma vez usou um documento escrito, no caso uma planta, no desempenho de tarefas profissionais. Outros nunca usaram.

As indicações sobre o que fazer e como fazer são estritamente orais, dadas pelos encarregados e pelos chefes de equipa. Se se trata, por exemplo,

¹⁹ Valor referido por José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, em «Qualificação profissional e desqualificação social na construção civil», Cadernos de Ciências Sociais, n.º 15/16, 1996.

de levantar uma parede, muitas vezes são os próprios encarregados que fazem as marcações no terreno, especificando o número de metros que deve ser feito em determinado período de tempo e verificando depois o andamento do trabalho, deixando para os pedreiros e serventes as funções estritamente de execução manual.

A leitura e a escrita são residuais. Só alguns trabalhadores mais especializados fazem uso delas, pontualmente. É o caso do ferramenteiro que regista por escrito os instrumentos de trabalho que determinado operário requisitou e faz a recolha e a verificação ao fim do dia. Ainda assim, neste caso particular, o que se espera muitas vezes é que sejam os próprios trabalhadores a levar para a obra o seu estojo pessoal de ferramentas básicas. Outras situações são aquelas em que operários especializados, por exemplo os ladrilhadores, apontam num papel o material que vão pedir ao armazém para cobrirem uma determinada superfície de chão. Em todo o caso, esta especialização de funções e "departamentos" dentro de um estaleiro de construção civil só existe nas obras de maior dimensão, que envolvem grande número de trabalhadores e implicam, por isso, alguns circuitos administrativos a este nível. Para a generalidade das posições profissionais — pedreiros, armadores de ferro, condutores de máquinas e gruas, serventes — mesmo estas utilizações marginais da escrita e da leitura estão ausentes.

O único momento em que o uso da escrita parece ser relativamente generalizado é a anotação diária do número de horas que cada um trabalha num cartão previamente fornecido pelos encarregados ou pelos subempreiteiros. Mas esta é uma utilização pontual e extremamente limitada, onde as competências de cálculo acabam até por ser mais relevantes do que as de escrita, já que se trata apenas de escrever números num espaço à frente de cada dia da semana de trabalho.

Dos três tipos de competências cobertos pelo conceito de literacia o cálculo é, com efeito, aquela cuja utilização profissional neste meio é mais frequente, como, aliás, também mostra o Estudo Nacional de Literacia para a generalidade dos meios operários. De qualquer modo, ele é utilizado sob formas bastante simples. Exemplo localizado disso é a operação de soma das horas efectuadas e multiplicação desse número pelo valor da hora de trabalho para determinar o salário a receber mensalmente.

Onde o cálculo é, sem dúvida, mais corrente é nas tarefas que envolvem medições. A utilização de fitas métricas é comum a todas as profissões mais

especializadas dentro do sector – ladrilhadores, carpinteiros, electricistas, canalizadores. Mesmo no caso dos pedreiros se impõe a necessidade de calcular. Apesar da proeminência da figura do encarregado e da sua extrema centralização das operações, que leva, como disse, a que mesmo a marcação de uma parede a levantar seja feita por ele e não pelo pedreiro, este tem sempre de saber calcular. Fá-lo para confirmar o número de metros de parede levantados num determinado período de tempo, para determinar o espaço a ocupar por uma janela ou noutras operações deste género.

Num quadro geral de muito baixas exigências de literacia, é a capacidade de executar operações tão básicas como estas que ajuda a estabelecer a linha divisória entre operários especializados e serventes. O caso de um cabo-verdiano que no seu país de origem era pedreiro e em Portugal é servente, por não saber ler nem utilizar fitas métricas, ilustra bem o que acabo de dizer. Lá, quando era preciso medir alguma coisa, era um filho que o ajudava. Aqui não tem esse recurso.

Este padrão tão pobre de solicitações de leitura, escrita e cálculo pode compreender-se à luz das características estruturais do sector da construção civil, nomeadamente da sua falta de modernização. Como referem Madureira Pinto e Cidália Queiroz, é muitíssimo vasto, neste sector, "o conjunto de processos e unidades produtivas informais e clandestinas, eminentemente refractárias a esforços metódicos de racionalização da produção e qualificação dos trabalhadores"²⁰.

Não é de estranhar, assim, que se encontrem na construção civil dos níveis mais baixos de habilitações escolares dentro do universo da população que trabalha. Enquanto a taxa média de analfabetismo da população activa era, em 1991, de 4,1% e havia, nessa data, 10,2% de activos com ensino médio ou superior, no caso da construção civil e das obras públicas os analfabetos eram 9,7% e os detentores de ensino médio/superior eram 2,6%. Mesmo fazendo comparações apenas com a indústria transformadora, vemos que os encarregados, contramestres e chefes de equipa na construção civil têm sempre níveis de escolaridade mais baixos do que os seus homólogos daquele sector.

Por outro lado, é escasso o número dos que participam em acções de formação profissional. Numa altura em que se assistiu à grande difusão de cursos

²⁰ José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, op. cit., p. 55.

de formação por todo o país, o índice de horas de aprendizagem por activo na construção civil permaneceu muito baixo. No período 1986-1988, enquanto na indústria transformadora houve 14,8 horas de formação por activo, na construção essa taxa atingiu apenas 2,7 horas. Em 1989/91, a situação mantém-se aproximadamente igual, já que apenas 12,6 milhares de trabalhadores da construção participaram em cursos de formação, contra 295,4 milhares no conjunto das indústrias transformadoras²¹.

Entre os que receberam estas acções de formação específica encontram-se também imigrantes guineenses e de outros países africanos. Mas o processo principal através do qual eles e a generalidade dos trabalhadores do sector adquirem os saberes necessários à sua actividade profissional não é este, como os dados citados demonstram.

É preciso ter presente que a maioria esmagadora dos imigrantes a trabalhar neste sector nunca nele trabalhou antes, nem obteve formação específica de partida para o fazer e poucos a obtiveram já depois de terem entrado no mercado de trabalho. Logo, é nos primeiros meses ou ano de trabalho que eles fazem a sua formação "em exercício", tanto pela via das instruções orais directas dos encarregados e chefes de equipa, como pela observação e repetição dos gestos que outros fazem, mas passando toda ela, nos dois casos, ao lado de quaisquer procedimentos e suportes de leitura, escrita ou mesmo cálculo.

Compreende-se, assim, que este sector integre imediatamente, no próprio momento em que chegam, mesmo aqueles imigrantes (guineenses ou cabo-verdianos, zairenses ou senegaleses) simultaneamente destituídos de recursos escolares e incapazes, nesse momento, de compreender, falar ou escrever o português. É nesse subconjunto que se encontram os que, apesar do baixo nível de exigências de literacia envolvidas nessas operações, não conseguem usar uma fita métrica, têm dificuldade em preencher o cartão de registo das horas ou então, mesmo conseguindo-o, não sabem depois calcular bem o que têm a receber.

Alguns imigrantes, apesar dos níveis baixos de literacia e da dificuldade de lidar com a língua portuguesa, conseguem percursos posteriores de mobilidade profissional ascendente dentro do circuito da construção civil. É o caso de

• um guineense de etnia mandinga, muçulmano, que veio para Portugal no início da década de 80. Apesar de não saber ler nem escrever português

²¹ Dados referidos por José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, op. cit.

conseguiu, desde há alguns anos, atingir a posição de subempreiteiro. Contrata mais guineenses, mas também portugueses, estes sobretudo para tarefas mais especializadas, como canalizadores ou electricistas. Para as questões fiscais, contabilísticas e congéneres recorre aos serviços de um guarda-livros, também português. Pontualmente, quando é preciso, pede a um dos seus trabalhadores mais permanentes para lhe preencher facturas ou outros documentos. Mas não deixa de controlar a sua actividade no aspecto mais importante, as "contas", anotando tudo em árabe.

Este tipo de trajecto não é propriamente uma singularidade. Embora não existam dados disponíveis que permitam perceber os padrões de mobilidade profissional dos imigrantes na construção civil, pode dizer-se que trajectos destes têm já alguma expressão quantitativa. Não tanto entre os guineenses, mas mais entre os cabo-verdianos, os quais dispõem de posições mais favoráveis neste segmento do mercado de trabalho, por virtude de um tempo de residência em média mais longo e, consequentemente, pela maior experiência profissional adquirida.

Mas o que, do ponto de vista da literacia, é mais relevante neste e noutros casos semelhantes é a ocorrência de trajectórias sociais ascendentes ainda que de curto ou médio alcance, sem progresso significativo das competências de leitura e escrita dos seus protagonistas. Pode mesmo dizer-se, tendo em conta que a construção civil é um contexto que propicia mais facilmente a perda do que a aquisição de competências de literacia, nomeadamente para os que nele entram com um certo de nível de qualificações escolares, que esses trajectos de mobilidade ascensional continuam a ser possíveis mesmo quando regridam as capacidades de ler e escrever daqueles que os percorrem.

Independentemente agora da relevância maior ou menor destas trajectórias ascendentes, é importante sublinhar o facto de o trabalho na construção civil ser não só pobre em exigências de literacia, mas também virtualmente empobrecedor das competências de escrita, leitura e cálculo de que disponham à partida os que aí exercem profissão.

Dito de outra forma, a construção civil pode considerar-se, em face da já assinalada prevalência de pequenas unidades produtivas informais e clandestinas refractárias a esforços de racionalização da produção e de qualificação dos trabalhadores, um contexto de produção de iliteracia, como acontece, aliás, noutros segmentos desqualificados do mercado de trabalho.

Se, em face deste estado de coisas, a generalidade dos operários do sector pode conhecer processos de regressão virtual de competências de leitura e escrita adquiridas fora e antes do início da vida activa, isso é ainda mais provável para os muitos imigrantes que, devido à sua diferenciação linguística, têm um duplo obstáculo a afastá-los do domínio do português lido e escrito.

Os já mencionados "enclaves linguísticos" na construção civil, fruto da grande concentração nesse sector de indivíduos cuja língua materna não é o português, como acontece, nomeadamente, com cabo-verdianos e guineenses mas não só com eles, têm, no plano da literacia, justamente esse efeito. Mas eles desempenham ainda uma função de socialização linguística daqueles imigrantes que, como disse atrás, só vêm a aprender a falar crioulo em Portugal, embora essa aprendizagem, como é óbvio, não ocorra só na esfera profissional.

Comunicando entre si nas suas línguas maternas e utilizando, de forma comparativamente mais restrita, o português, seja porque não sabem falá-lo seja porque, mesmo sabendo-o, optam naturalmente por exprimirem-se na sua própria língua, os imigrantes cuja língua materna não é o português não têm aí, nem a possibilidade de conservar ou adquirir literacia, nem o meio de integração sociolinguística que têm outros imigrantes em contextos profissionais diferentes.

O quadro geral traçado sobre a situação da literacia dos imigrantes africanos na construção civil encontra um forte paralelismo na situação das mulheres imigrantes que trabalham nos serviços pessoais e domésticos e na indústria transformadora. Tal como ocorre com a construção para o sector masculino, é nesses ramos de actividade que o segmento feminino da população imigrante africana regista maior concentração. Incluem-se aí trabalhadoras de empresas de limpeza e empregadas domésticas, copeiras, cozinheiras e outras trabalhadoras do sector dos restaurantes e hotéis, operárias têxteis e das indústrias eléctricas.

O nível de exigências de literacia nestes segmentos do mercado de trabalho não difere, regra geral, do que se encontra no sector da construção. A utilização da leitura e da escrita é rara e o cálculo um pouco mais frequente, embora menos do que no caso dos operários especializados da construção que executam com frequência operações de medição.

O que é diferente é o contexto relacional e linguístico em que se desenrolam as actividades profissionais destas mulheres. Em nenhuma das profissões referidas se verificam concentrações de trabalhadores imigrantes das mesmas origens nacionais idênticas às que se observam na construção civil. São contextos de trabalho em que os colegas de profissão são maioritariamente portugueses ou em que não há sequer colegas de trabalho, como é o caso das empregadas domésticas.

Não só não se formam aqui os referidos enclaves linguísticos observáveis na construção civil como, pela própria natureza de algumas dessas profissões, a conversação é mais frequente, e necessariamente em português, não só com colegas como, sobretudo, com os clientes, os patrões e o público. Não admira, portanto, que as trabalhadoras imigrantes destes segmentos do mercado de trabalho digam ter menos dificuldades no português falado, lido e escrito do que os operários da construção civil, o que é plenamente confirmado pela avaliação externa dos entrevistadores.

Do ponto de vista da literacia, o uso indispensável da língua portuguesa num quadro quotidiano de interacção permanente com falantes só de português tende a ter, ainda que indirectamente, efeitos positivos. Ou seja, mesmo que as exigências de escrita e de leitura que se coloquem nos contextos profissionais sejam mínimas, a capacidade geral de ler e escrever em português é favorecida, facilitando o seu exercício fora da esfera laboral.

Relação com instituições e documentos

Vimos, no ponto anterior, os usos e, sobretudo, os não-usos da literacia nos segmentos do mercado de trabalho onde se concentra a larga maioria dos imigrantes africanos, em geral, e dos guineenses em particular.

Outro domínio privilegiado para observar a literacia desses imigrantes é o das suas relações formais com a rede de instituições oficiais e não oficiais, bem como com empresas e particulares, que envolvem o funcionamento diário do cidadão médio no quadro de uma sociedade complexa. Trata-se de um observável privilegiado na medida em que, justamente por serem formais, todas essas relações são necessariamente mediadas pela manipulação frequente de documentos impressos, através da leitura, da escrita e do cálculo.

É, aliás, por referência a essa esfera de relacionamentos formais, quer com instituições no sentido lato, quer no plano interpessoal, mais até do que por referência à esfera profissional, que emergem as preocupações com os níveis de literacia patenteados pelas sociedades contemporâneas.

É por esse lado que se torna mais visível que literacia e cidadania são duas faces da mesma moeda. A plena participação na vida social moderna implica a capacidade de descodificação e movimentação nessa vasta esfera de relações formais e é através dela que se podem processar as escolhas que a condição de membro de uma sociedade põe ao alcance de cada um. Por isso, pode dizer-se que o exercício da cidadania passa pela capacidade de enfrentar com êxito exigências elaboradas e moventes de literacia e que essa capacidade, por sua vez, potencia a melhor concretização possível dos direitos que o estatuto de cidadão consagra num determinado quadro político e jurídico.

Para perceber os processos e factores associados ao uso de literacia pelos imigrantes neste domínio é preciso, primeiro, localizá-los brevemente por referência ao sistema de cidadania da sociedade portuguesa.

Relembrando o que atrás ficou dito sobre os contornos e a situação social das minorias étnicas em geral e da população guineense em particular, é fácil concluir que, se exceptuarmos os sectores de elite e de classe média que em cada minoria se podem encontrar, os quais se distinguem também, em parte, pela posse, bem relevante neste caso, de nacionalidade portuguesa, o comum dos imigrantes tem, actualmente, um estatuto social precário.

Se, no plano profissional, a precaridade de estatuto é exemplarmente representada pelo quadro de obrigações fortes e direitos fracos em que se movimenta a larga maioria dos que trabalham na construção civil, no plano social e, mais genericamente, da cidadania, é-o pela exagerada proeminência assumida por uma só instituição, no caso o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, no contexto do relacionamento dos imigrantes com as instituições portuguesas em geral.

Tal centralidade deve-se não só à acção própria desse departamento do Estado, que é normal que acompanhe e controle, dentro de certos parâmetros, a presença estrangeira no território do país, mas também ao facto de, em contrapartida, os imigrantes terem, como veremos, um relacionamento muito rarefeito com toda a rede de instituições oficiais e não oficiais, públicas e privadas, com as quais o comum dos cidadãos portugueses tem contacto regular.

Sendo certo que o contacto formal com todas essas instituições passa necessariamente pela leitura e escrita de documentos de vários tipos, podemos dizer que, na esfera social, a larga maioria dos imigrantes se encontra numa situação em que só pontualmente é confrontada com exigências de literacia, tal como acontece nos contextos de trabalho. Se na esfera profissional isso se deve às características próprias dos sectores de actividade onde os imigrantes se concentram, na esfera socioinstitucional isso é resultado da precaridade e informalidade que envolvem praticamente todas as dimensões da vida pública dos imigrantes africanos em Portugal ou, dito de outra forma, a sua vida de cidadãos.

Vejamos, então, o caso do relacionamento com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A relação dos imigrantes africanos com este serviço e as implicações daí decorrentes ao nível da literacia tiveram como momento colectivo mais relevante o período de legalização extraordinária dos imigrantes clandestinos decretado pelo Governo, em 1993. Tinha-se em vista a regularização da situação de residência de dezenas de milhar de pessoas que tinham entrado no país ao longo dos anos. Entre eles estava um número elevado de guineenses, cuja imigração foi, como já mencionei, particularmente intensa na segunda metade dos anos oitenta.

Para esse vasto contingente de imigrantes esse foi o primeiro momento de contacto directo e substancial com instituições oficiais e respectivos procedimentos burocráticos. Foi também, consequentemente, um momento original de confronto súbito com exigências elevadas de leitura e escrita de documentos, que não eram nem são, como veremos, nada habituais na sua vida de todos os dias.

As dificuldades encontradas foram inúmeras. A informação prévia sobre os procedimentos a seguir era muito limitada; havia que obter documentos vários junto de diferentes entidades, nomeadamente os que comprovassem meios próprios de subsistência e situação habitacional; as informações prestadas aos balcões dos postos de legalização eram, por vezes, confusas e, finalmente, tinha de se preencher formulários com alguma complexidade, coisa que muitos imigrantes faziam pela primeira vez em Portugal.

Só por si, a obtenção de um documento que comprovasse a condição de activo com profissão foi, para muitos, uma dificuldade. Ficaram a conhecer-se as pressões, as resistências e mesmo as recusas de muitos empreiteiros e subempreiteiros da construção civil ao processo de legalização. Essa oposição teve a ver, fundamentalmente, com o facto de a passagem ao trabalhador imi-

grante de um documento escrito ser uma forma de denunciar o seu próprio estatuto de empregadores clandestinos. Alguns trabalhadores foram despedidos quando pediram aos empregadores directos essa declaração, outros obtiveram-na mas o patrão descontou no ordenado, outros ainda permaneceram ilegais para não serem despedidos.

Por outro lado, o receio fortemente interiorizado de exposição às autoridades, associado a manifestas dificuldades em enfrentar o complexo processo burocrático da legalização, incluindo os actos de leitura e escrita a ele indispensáveis, levaram muitos desses imigrantes a caírem nas mãos de "profissionais", alguns alegadamente advogados, que, a troco de 100 ou 150 contos, prometeram tratar directamente de tudo, depressa e bem. Alguns trataram, mas outros simplesmente desapareceram sem deixar rasto.

Mas a melhor prova de que esta operação administrativa suscitou grandes dificuldades, muitas das quais passaram pela questão da literacia dos imigrantes, foi a necessidade de prorrogação, embora a contragosto, do prazo inicialmente previsto para o seu fim. Raros foram os que conseguiram tratar da entrega do seu processo à primeira. Ou os impressos estavam mal preenchidos, ou faltavam documentos, ou em vez da fotocópia de uma declaração era preciso o original.

A visão do SEF e a sua atitude "pedagógica" face aos enormes problemas desses muitos milhares de imigrantes no seu primeiro grande enfrentamento com a burocracia portuguesa, imigrantes reconhecidamente deixados, durante anos a fio, à margem das instituições oficiais e seus procedimentos, está bem patente nas palavras de um dos responsáveis máximos da operação, a propósito do atraso nas respostas aos pedidos de legalização:

• "Embora os documentos tenham sido simplificados para minimizar confusões, estão a chegar-me centenas de pedidos de segundas vias pelas mais variadas razões, o que atrasa tudo ainda mais. E agora são centenas de averbamentos, porque se 'esqueceram' de que tinham filhos e estão a ter problemas com a burocracia escolar".²²

Apesar da "simplificação", dois meses após o fim do prazo para entrada dos pedidos de legalização havia já, afixados em editais, mais de dez mil

²² Declarações prestadas ao jornal *Público* de 7 de Novembro de 1993.

nomes de pessoas a quem faltava um qualquer documento nos respectivos processos, pessoas antes notificadas por cartas com aviso de recepção que nunca chegaram aos destinatários. Do ponto de vista da literacia, esses editais tinham uma particularidade notável: os nomes não estavam listados por ordem alfabética, mas por datas de devolução das cartas, com o país de origem dos falhados destinatários à frente, o que tornava quase impossível aos interessados, mesmo sendo bons leitores de português, saberem se o seu nome constava ou não dessas listas.

Findo o período de legalização extraordinária, foi unânime a convicção de que muitos imigrantes tinham ficado por se legalizar. Embora as razões para isso tenham a ver com factores de natureza diversa, alguns dos quais já foram focados, o problema da relação com documentos escritos é, sem dúvida, uma dessas razões.

Legalizada a residência, a relação com os serviços da Administração Interna e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em particular, segue uma rotina anual. O passo posterior é solicitar nos arquivos de identificação o bilhete de identidade de cidadão estrangeiro, conhecido na gíria por "bilhete azul", devido à cor do documento. Relativamente ao SEF propriamente dito são passadas autorizações de residência temporária que devem ser renovadas todos os anos. Mas aqui há ainda dois patamares.

Após a inscrição inicial nesses serviços, o que se obtém é um documento ainda provisório, só mais tarde sendo atribuído o chamado cartão de residência. Para passar de uma situação a outra é preciso apresentar documentos vários e nem sempre as indicações dadas pelos serviços, em momentos diferentes, coincidem. Uma vez na posse do tal cartão de residência, a renovação anual, finalmente, só implica o preenchimento de formulários.

Apesar de o prolongamento do tempo de residência trazer progressivamente a simplificação de procedimentos e da aprendizagem que, paralelamente, cada imigrante vai fazendo ao longo de vários anos de relacionamento com o SEF, as dificuldades de leitura e escrita de muitos são observáveis directamente no local. É frequente ver-se pessoas a solicitar ajuda de terceiros para o preenchimento de impressos, recorrendo quer a imigrantes mais letrados, quer, como é de longa tradição junto ao Arquivo de Identificação de Lisboa, mesmo antes de a imigração ser um facto, aos "profissionais" de preenchimento de documentos que por ali rondam e cobram 200 ou 300 escudos pelo serviço.

Como se disse atrás, só pontualmente a larga maioria dos imigrantes africanos é confrontada, na sua vida pública, com a necessidade de lidar com documentos. Nesse quadro, a relação com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é mais a excepção do que a regra. Com efeito, como foi também dito, o estatuto de cidadania diminuído dessa larga maioria significa que, na sua vida diária, ela passa à margem de um relacionamento formalizado, através da escrita e da leitura, com as instituições em geral e mesmo com os particulares, no que toca ao estabelecimento de certas relações contratuais.

Uma das principais razões, se não mesmo a principal, para que assim aconteça está na seu estatuto profissional. A informalidade das relações laborais arrasta consigo a informalização de outras relações, noutros domínios da vida social. O caso dos empreiteiros e subempreiteiros que se recusaram ou resistiram fortemente a passarem declarações escritas para a legalização da residência dos que para eles trabalhavam é "apenas" um bom exemplo disso mesmo.

A extensão da informalidade no mercado de trabalho já foi assinalada. No caso dos guineenses, os resultados do inquérito nacional revelam que mais de sessenta por cento dos que trabalham na construção civil não têm contrato de trabalho e mais de metade não faz descontos para a segurança social. Embora não existam resultados actuais para outros grupos imigrantes, é de admitir taxas idênticas para o conjunto dos africanos a trabalhar nesse sector.

Da inexistência de vínculo formal ao mercado de trabalho decorre, directamente, uma generalizada situação de omissão fiscal. Uma vez que legalmente não trabalham, esses milhares de trabalhadores não pagam impostos e não mantêm qualquer relação permanente com as repartições de finanças. Um ou outro patrão pode exigir, no momento da contratação, a exibição do cartão de contribuinte, mas a relação com documentos fiscais não passa daí.

Do ponto de vista da leitura, da escrita e do cálculo, isto significa que esses imigrantes não participam no verdadeiro exercício nacional de literacia que é, em cada ano, o preenchimento das declarações de rendimentos, exercício em que os que se classificam melhor tendem a ser, justamente, os que dispõem de maiores competências escolares vivas. Ou seja, significa que não detêm o complexo saber-fazer, que consiste, por um lado, na descodificação de leis, regulamentos, tabelas, formulários e instruções de preenchimento e,

por outro, na prévia e constante solicitação e colecção de todo o tipo de documentos comprovativos das despesas elegíveis efectuadas, de modo a conseguir atingir as máximas deduções possíveis nos montantes a pagar ao fisco.

Algo de semelhante se passa na relação com a segurança social. Os milhares de imigrantes que não fazem descontos, nem através da entidade patronal, nem por iniciativa própria, não lidam, por isso mesmo, com quaisquer documentos neste domínio.

O facto de não se poder apresentar documentos comprovativos da condição de trabalhador permanente, por exemplo um recibo de ordenado ou uma declaração da entidade patronal, tem ainda como consequência a exclusão e auto-exclusão de outros relacionamentos de natureza contratual, necessariamente mediados pela escrita e pela leitura. A compra de equipamentos a prestações ou a contracção de empréstimos bancários são dois exemplos disso.

A aquisição de equipamentos domésticos, de lazer ou outros nos grandes hipermercados e nas cadeias de lojas da especialidade é mediada por uma sequência de procedimentos que implicam a leitura e a escrita de diferentes materiais impressos – contratos, cheques pré-datados, ordens de transferência bancária, entre outros. Como não possuem os documentos que estão obrigatoriamente no princípio de todos os outros, aqueles que comprovam rendimentos, muitos imigrantes, quando querem comprar a prestações uma aparelhagem de som ou um televisor para uso próprio, ou então uma arca congeladora para enviar para a Guiné-Bissau, entram num outro circuito de mercado, onde as relações contratuais se estabelecem à margem de todos ou quase todos esses suportes impressos. São pequenas lojas, às vezes lojas de bairro, onde, através de conhecimentos directos ou de terceiros e com base num contrato estritamente oral, se pode adquirir esses equipamentos e ir pagando à medida das possibilidades.

No que respeita aos bancos, o facto já referido de não se ter acesso a empréstimos, visto não poder comprovar-se que se trabalha, é mais um exemplo em que a precariedade e informalidade na esfera profissional ditam a impossibilidade de estabelecimento de relações contratuais formais com outras instituições e mais uma situação em que a escrita e a leitura não têm qualquer função útil.

Mais genericamente, pode dizer-se que, mesmo no caso das pessoas que têm conta aberta, a utilização dos serviços bancários é bastante restrita. Note-se, contudo, antes disso, que os imigrantes sem residência legalizada não podiam e não podem, regra geral, abrir conta numa agência bancária, já que essa abertura exige a apresentação de documentos, nomeadamente o bilhete de identidade de cidadão estrangeiro. Em alguns casos, essa dificuldade foi contornada mediante a apresentação do passaporte, mais tarde substituído pelo chamado "bilhete azul". No caso dos ilegais, a relação com as instituições bancárias é, portanto, muito ténue ou mesmo inexistente.

Com a legalização e o prolongamento do tempo de residência, muitos imigrantes abrem conta bancária. Mas os bancos são mais utilizados para depositar algum dinheiro e não tanto para movimentar correntemente. Levanta-se o cheque do ordenado, deposita-se uma parte na conta e fica-se com o resto para as despesas. A passagem de cheques é pouco frequente e ainda o é menos a emissão de ordens de transferência bancária. A utilização do cartão multibanco também é relativamente restrita.

No que respeita ao envio de dinheiro para a família, aspecto central na economia das populações migrantes, ele é feito quase exclusivamente através de canais interpessoais. Os guineenses, regra geral, recorrem a portadores de confiança, familiares e amigos, ou então a conhecidos, por exemplo funcionários de companhias aéreas, que entregam as remessas em mão, o que esvazia as instituições bancárias da função de intermediação que podiam ter neste capítulo.

Um outro plano em que o manuseamento de documentos escritos é muito limitado é o que corresponde à situação habitacional e ao relacionamento com instituições daí decorrente. Os imigrantes guineenses e, presume-se, a generalidade dos outros imigrantes africanos, ocupam predominantemente tipos de alojamento onde não há lugar ao estabelecimento de contratos de arrendamento escritos nem ao manuseamento de outros impressos, como sejam facturas de água, electricidade, gás e telefone e outros. A maioria desses imigrantes aluga quartos, anexos, partes de casa, casas abarracadas, ou então vive em pensões ou em camaratas nos próprios estaleiros de construção civil, não lidando directamente com quaisquer impressos relativos ao fornecimento daqueles serviços, o que fica, regra geral, a cargo dos senhorios que incluem esses custos no valor da renda.

Note-se que, nos casos de habitat mais degradado, como acontece nos "bairros de lata", a questão só parcialmente se coloca, uma vez que aí muitas

vezes não há lugar ao fornecimento, pelo menos legal, de uma parte ou da totalidade desses serviços.

Como mostram os resultados do Estudo Nacional de Literacia, a maioria dos portugueses tem manifestas dificuldades em lidar com documentos escritos, incluindo os implicados no relacionamento com instituições, públicas ou não. Algumas das provas inseridas nos testes retiveram justamente documentos desse tipo.

No caso dos imigrantes, os vários exemplos dados, a que se poderia juntar ainda outros, evidenciam uma relação muito restrita com todos os tipos de documentos institucionais. Ou se passa largamente ao lado de relações formais com as instituições em geral ou, então, estabelecem-se relações informais que não passam pela mediação da leitura e da escrita. Ficam, assim, confinadas ao mínimo as situações do quotidiano em que se exige a aplicação de competências de escrita, leitura e cálculo para finalidades que decorrem da vida pública de cada indivíduo.

Não é improvável que em alguns segmentos precarizados das classes populares portuguesas se encontrem situações semelhantes às que acabei de caracterizar. O forte insucesso dos indivíduos das classes populares no manuseamento de documentos de que o Estudo Nacional de Literacia deu conta leva a pensar que também é limitada, no seu quotidiano, a relação com materiais impressos de natureza pública.

Em todo o caso, a situação dos imigrantes africanos é, sem dúvida, ainda mais preocupante. Entre eles essa situação não é marginal, mas modal, se exceptuarmos, como já disse, e não é de mais repetir, os segmentos de classe média e classe alta das diferentes minorias. O seu ténue relacionamento com instituições e documentos formais constitui-se como um poderoso factor de produção de iliteracia, se considerarmos adicionalmente a diferenciação linguística de muitos desses imigrantes e as consequentes limitações no uso da língua portuguesa.

A leitura e a escrita na esfera pessoal

Como vimos nos pontos anteriores, a maioria dos imigrantes guineenses não se confronta com significativas exigências de leitura, escrita, e mesmo de cálculo, nem na esfera profissional nem ao nível da relação com documentos de natureza pública. Neste ponto, analisa-se o lugar que a utilização dessas competências tem na esfera pessoal, tomando como referência, por um lado, a leitura de livros, jornais e revistas e, por outro lado, o modo como se processa a comunicação com os familiares próximos que ficaram na Guiné-Bissau.

Para a avaliação das práticas de leitura dos imigrantes guineenses utilizam-se aqui dois tipos de indicadores: as declarações dos inquiridos quanto à compra de revistas e de jornais, desportivos e não desportivos, e quanto à leitura de livros; o registo directo pelos entrevistadores da existência desses materiais impressos nos locais de residência.

Já se sublinhou várias vezes, ao longo deste texto, a não homogeneidade de composição social e cultural das minorias, em geral, e da minoria guineense, em particular. Por isso mesmo, optou-se por apresentar as taxas de leitura e posse de livros, jornais e revistas, não só para o conjunto dos inquiridos, o que restitui o valor médio destas práticas na comunidade guineense como um todo, mas também para algumas categorias particulares, que representam as principais linhas de diferenciação interna dessa comunidade — operários da construção civil, empregadas dos serviços pessoais e domésticos e indivíduos pertencentes a etnias muçulmanas.

Em termos genéricos, pode dizer-se que a diferenciação interna da comunidade se reflecte plenamente na significativa variação dos valores registados pelos vários indicadores de leitura, de uma categoria para outra.

Vejamos, em primeiro lugar, de acordo com o Quadro 6.4, os dados relativos à existência, em casa, de livros, jornais e revistas.

Se tomarmos como padrão de referência os valores encontrados para o conjunto dos imigrantes guineenses, concluímos que as outras três categorias apresentam desvios sistemáticos para baixo, isto é, no sentido de menor presença de qualquer desses materiais impressos no espaço de habitação.

Com efeito, cerca de metade do total dos entrevistados não tem livros em casa, o que em si mesmo é um indicador importante quanto à relação com a cultura letrada. Mas o que é mais significativo é que esse valor é consideravelmente mais alto para os operários da construção civil (65,6%), para as empregadas dos serviços pessoais e domésticos (63,4%) e para os guineenses muçulmanos (60,7%). Algo de semelhante ocorre no respeitante à ausência de jornais e revistas: enquanto para o conjunto da comunidade isso acontece em 41% dos casos, qualquer das restantes categorias apresenta valores mais altos, nomeadamente os guineenses muçulmanos, 56% dos quais não tem em casa nem jornais nem revistas.

Quadro 6.4: Leitura e posse de livros, jornais e revistas (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Guineenses operários da construção civil	Guineenses empregadas dos serviços pessoais	Guineenses muçulmanos
Não têm livros em casa	49,6	65,6	63,4	60,7
Não têm jornais e revistas em casa	41,1	51,1	45,2	56,4
Lêem frequentemente livros	34,0	29,8	19,2	32,9
Compram frequente- mente jornais não des- portivos	29,3	24,7	19,2	20,0
Compram frequen- temente jornais des- portivos	25,3	37,9	5,8	28,2
Compram frequen- temente revistas	28,1	13,2	71,2	18,8

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

O que reflectem, concretamente, os desvios sistemáticos destas três categorias relativamente aos valores médios da comunidade?

Esses desvios resultam, fundamentalmente, do facto de, no conjunto da população guineense, estarem incluídos os já referenciados sectores de classe média e alta, compostos por quadros, técnicos e profissões liberais, os quais, por registarem taxas de posse e de leitura muito mais altas, introduzem um efeito de sentido contrário na distribuição geral dos valores destes itens. De salientar, a título de confirmação, que os desvios observados, a este nível, coincidem largamente com os registados a propósito do domínio da língua portuguesa, lida, escrita e falada. Também aí, como vimos, tanto os operários da construção civil como os guineenses muçulmanos manifestaram dificuldades acima da média.

Se observarmos agora os indicadores de leitura propriamente ditos, tal como são obtidos a partir de perguntas sobre compra de jornais e revistas e sobre leitura de livros, poderemos ver que, apesar de se manter a tendência assinalada, neste caso traduzida em valores mais altos para o todo do que para qualquer daquelas três partes, essa tendência é quebrada no que respeita à leitura de certos produtos por parte de cada uma das três categorias sectoriais.

Isso acontece, especificamente, com a leitura de revista pelas empregadas dos serviços pessoais e domésticos, com a leitura de jornais desportivos pelos operários da construção civil e, em menor medida, com a leitura de livros pelos guineenses muçulmanos.

Começando pela última situação, vemos então que, enquanto 34% dos inquiridos dizem ler frequentemente livros, e tanto os operários da construção civil, como, sobretudo, as empregadas dos serviços pessoais e domésticos o fazem menos do que isso, os guineenses das etnias muçulmanas, pelo contrário, estão muito próximos desse valor médio. Este dado é surpreendente, tendo em conta, sobretudo, as dificuldades expressas pelos próprios quanto ao domínio da língua portuguesa e também o facto de a leitura autodeclarada de jornais e revistas ser significativamente mais baixa.

Como interpretar, então, este resultado?

Embora careça de confirmação mais sistemática, parece correcta a pista surgida no decurso da aplicação do inquérito à população guineense e de outras observações. Da rotina semanal ou até diária destes guineenses, como dos muçulmanos em geral, faz parte a leitura recorrente, em árabe, do Alcorão, tanto nas idas à mesquita, como no espaço privado. Isso é assim, nomeadamente, para os muitos que frequentaram escolas corânicas na Guiné-Bissau, já que também é certo que nem todos os que se definem a si mesmos como muçulmanos sabem ler árabe. A apoiar esta interpretação está o facto de alguns destes inquiridos ao responderem à pergunta sobre a frequência com que lêem livros terem acrescentado, mesmo sem isso ter sido pedido, ser essa leitura o Alcorão. Note-se, a propósito, que também houve um ou outro guineense católico que, perante a mesma pergunta, afirmou ler frequentemente a Bíblia.

Do ponto de vista da literacia, este é um caso particular. Tratando-se da leitura recorrente de um mesmo livro, e na suposição de que não se lê com idêntica regularidade outros materiais impressos, as competências de leitura acabam por ser aqui utilizadas de forma muito restrita.

De qualquer modo, fica traçada uma pista para investigação posterior, onde se avalie, com maior profundidade, a dimensão e o significado socio-cultural da utilização quotidiana de outras línguas, que não o português, não só ao nível da leitura, como da escrita. No caso dos muçulmanos, guineenses e não só, interessaria saber, por exemplo, se as escolas e o ensino corânico têm alguma expressão em Portugal.

Ainda quanto à leitura de livros, e retomando os valores globais, vale a pena deixar aqui uma breve nota comparativa com os resultados obtidos pelo Estudo Nacional de Literacia relativamente a este mesmo indicador. Embora as escalas utilizadas num e noutro caso não coincidam, a comparação directa parece consistente para aqueles que responderam "nunca" lerem livros, ponto comum e bastante inequívoco nas duas escalas. Enquanto para o conjunto dos imigrantes guineenses essa modalidade de resposta engloba cerca de 10% dos inquiridos, para a população portuguesa ela atinge valores bastante mais altos, acima dos trinta por cento.

Para fazer esta comparação em termos mais rigorosos, era necessário conhecer melhor o significado das taxas de leitura declaradas pelos imigrantes guineenses, inclusivamente ao nível do tipo de livros em questão. Mas mesmo descontando situações particulares de leitura, como as que acabei de referir para os guineenses muçulmanos, a diferença encontrada não pode deixar de se relacionar com o perfil escolar e demográfico das duas populações.

Como disse atrás, os níveis de escolaridade médios entre os imigrantes guineenses são não só esmagadoramente mais elevados do que os do seu país de origem, como são mais altos do que os observados para a população portuguesa no seu conjunto. Essa diferença é notória no caso daqueles que não completaram qualquer grau de ensino, tendo ou não chegado a frequentar a escola – eles são 18% na amostra do Estudo Nacional de Literacia e 5% na amostra dos imigrantes guineenses. E são justamente estes os inquiridos que mais verosimilmente nunca lêem livros.

Além disso, há, entre os imigrantes guineenses, um número significativo de indivíduos que, antes de terem começado a trabalhar na construção civil ou em empresas de limpeza e restaurantes em Portugal, desempenhavam profissões intelectuais na Guiné-Bissau, com particular destaque para aqueles que eram professores.

Um terceiro factor que pode ajudar a explicar as taxas de leitura mais altas dos imigrantes guineenses é a própria composição etária das duas populações. Enquanto na população portuguesa há uma percentagem elevada de idosos, boa parte dos quais ou não frequentou a escola ou se foi afastando, ao longo da vida, da cultura letrada e do código escrito, os imigrantes guineenses concentram-se fortemente em escalões etários jovens. Este facto, associado a níveis de escolaridade médios mais elevados, significa que a dis-

tância do código escrito, apesar das especificidades linguísticas já apontadas, tenderá a ser menor, justamente porque é muito mais recente a vivência escolar.

Vejamos, agora, os casos da leitura de jornais desportivos por parte dos operários da construção civil e de revistas pelas empregadas dos serviços pessoais e domésticos.

Enquanto 25% do total dos inquiridos lêem frequentemente jornais desportivos, entre os operários da construção civil essa proporção é consideravelmente maior: 38%. Para os muçulmanos essa prática está ainda acima da média, embora pouco, ao passo que para as empregadas dos serviços pessoais e domésticos é uma leitura residual.

É preciso dizer, a este propósito, que muitos guineenses das camadas urbanas e mais jovens, justamente aquelas de que são oriundos os que cá trabalham na construção civil, antes mesmo de pensarem sequer em vir para Portugal, já acompanhavam regularmente o desporto português, muito em particular o futebol, tendo inclusive as suas filiações clubísticas bem definidas.

Esse acompanhamento, que tem como aliciante especial a possibilidade de seguir a carreira de um ou outro jogador guineense a actuar em clubes portugueses, era tradicionalmente feito através de notícias e relatos radiofónicos de desafios de futebol e, mais recentemente, pela transmissão directa desses jogos, quer pela televisão da Guiné-Bissau quer pela RTP internacional²³.

Com a vinda para Portugal, e porque esses objectos de referência ficam mais perto, dá-se o prolongamento de uma socialização que já estava bem estabelecida antes, incluindo, naturalmente, o seguimento muito mais próximo da evolução dos acontecimentos futebolísticos através dos *media* em geral, incluindo os jornais desportivos.

Mesmo sem evidências sistemáticas quanto às modalidades concretas de leitura destes jornais, parece razoável afirmar que ela não se cingirá aos grandes títulos, legendas e a uma outra notícia, mas que é uma leitura com alguma profundidade.

²³ Um pequeno episódio, neste caso passado em Cabo Verde, ajuda a ilustrar a intensidade com que é acompanhodo nos PALOP em geral o futebol português: por acordo dos cinco partidos concorrentes, o início efectivo da campanha para as eleições de 1995 foi adiado um dia devido à transmissão televisiva de um jogo internacional de um dos principais clubes portugueses.

Na compra de jornais em geral e de jornais desportivos em particular, há, para os que acompanham de perto e por outros meios de comunicação os temas que aí são objecto de notícia e reportagem, um fenómeno de redundância de informação. Quem lê jornais desportivos à segunda-feira, por exemplo, já sabe os resultados do futebol e de outras competições, porque há grande probabilidade de ter assistido, durante o fim-de-semana, à transmissão de jogos e/ou de programas especializados na televisão ou na rádio. A leitura, nestes casos, não será, portanto, para saber o mesmo, mas para saber mais, para conhecer pormenores e desenvolvimentos.

Num contexto de literacia geralmente pobre, tanto no plano profissional como na relação com documentos de vária ordem, importa, por isso, sublinhar a importância da leitura recorrente, em muitos casos quase diária, destes jornais. Tal como acontece com muitos segmentos das classes populares portuguesas, os jornais desportivos parecem ser um dos poucos vínculos permanentes dos imigrantes africanos com o código escrito português e, por essa via, com a cultura letrada, garantindo uma base de competências que permite ler ou vir a ler outras coisas.

No caso dos imigrantes cuja língua materna não é o português, como acontece com a maioria dos guineenses e cabo-verdianos, não deixará de ser mesmo uma das vias pelas quais a própria aprendizagem de base da língua portuguesa se faz no dia-a-dia. Este raciocínio poderá também valer para perceber os casos de um ou outro inquirido que afirmou comprar jornais desportivos "para ver as fotografias".

A leitura de revistas pelas empregadas de serviços pessoais e domésticos, por seu lado, apresenta várias homologias com a leitura de jornais desportivos pelos operários da construção civil.

Também aqui estamos perante uma modalidade de leitura parcelar, e não cumulativa, uma vez que não é acompanhada por igual frequência de leitura de livros ou jornais²⁴. Além disso, há, igualmente, um fenómeno de redundância, já que as revistas em causa são, principalmente, revistas que funcionam como prolongamento de consumos televisivos e cuja compra é, em boa parte, suscitada por eles, de forma a poder conhecer-se, por exemplo,

²⁴ Sobre os conceitos de leitura parcelar e cumulativa e, em geral, para uma análise das práticas de leitura em Portugal, ver Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, «Inquérito aos hábitos de leitura», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, 1991.

desenvolvimentos do enredo de uma telenovela em exibição ou aspectos da vida privada de figuras televisivas ou do espectáculo. É, ainda como os jornais desportivos, um veículo privilegiado de acesso ao português escrito. E, finalmente, é um consumo que aproxima as imigrantes africanas destas camadas sociais do sector feminino das classes populares portuguesas.

Note-se, contudo, a frequência especialmente elevada da leitura destas revistas, muito maior do que a leitura de jornais desportivos entre os operários da construção civil. Mais de 70% das inquiridas afirmaram ler frequentemente revistas e apenas 5,7% declararam nunca ou raramente as lerem, valores sem paralelo em qualquer dos outros tipos de leitura dos imigrantes guineenses.

Estes valores são, aliás, consideravelmente mais altos do que os encontrados pela análise extensiva do Estudo Nacional de Literacia para a leitura de revistas pelas mulheres portuguesas. A explicação para esta diferença parece decorrer, em grande parte, como atrás já foi dito a respeito da leitura de livros, da própria composição sociodemográfica da imigração guineense. A componente feminina desta imigração é composta, de forma esmagadora, por mulheres jovens e com alguma escolaridade, o público-alvo por excelência das revistas em análise. Já os resultados da referida análise extensiva nacional reflectem as práticas de leitura de um universo feminino global onde pesam consideravelmente segmentos idosos e não escolarizados.

Por fim, uma nota sobre a leitura de jornais não desportivos. Tal como ocorre com a leitura de livros, este indicador parece ser socialmente mais discriminante, no sentido em que qualquer das categorias sectoriais, neste caso as empregadas dos serviços pessoais e domésticos e os guineenses muçulmanos, apresentam níveis de leitura bastante abaixo da média, indiciando assim que eles são relativamente elevados nos sectores mais letrados da comunidade guineense.

Em todo o caso, pode dizer-se que a leitura desses jornais tem um leque diversificado de finalidades, desde o conhecimento das notícias de âmbito mais geral, passando pela consulta de ofertas de alojamento ou emprego, embora estas, como já disse, passem principalmente pelos contactos interpessoais até ao acompanhamento de acontecimentos que suscitem a atenção excepcional dos guineenses, como foram as reportagens publicadas pela imprensa portuguesa aquando das primeiras eleições multipartidárias da Guiné-Bissau, realizadas em 1994.

Como foi referido atrás, o reagrupamento familiar na comunidade guineense é, por enquanto, bastante limitado. Trata-se de uma imigração predominantemente masculina – cerca de 70% dos guineenses fixados em Portugal são homens –, o que significa muitas famílias divididas, com os homens em Portugal e as mulheres e filhos na Guiné-Bissau.

Por outro lado, é certo que muitos guineenses mantêm, mesmo após a emigração, contacto regular com uma rede mais alargada de familiares e amigos e que o próprio facto de se estar emigrado pode suscitar a intensificação desses contactos, pelo menos nos casos em que novos potenciais emigrantes desejam receber informações que os ajudem a decidir-se.

Neste contexto, torna-se pertinente observar o lugar da escrita e da leitura na comunicação regular dos imigrantes guineenses com o país de origem e ver até que ponto elas coexistem ou são preteridas em favor de modalidades de comunicação não-escritas.

Os resultados do inquérito nacional aos imigrantes guineenses que tem vindo a ser usado como fonte mostram que um pouco mais de 30% dos inquiridos dizem escrever frequentemente para familiares e amigos, tantos quantos os que afirmam fazê-lo só às vezes. Os restantes cerca de 35% declaram raramente ou nunca o fazerem.

Mesmo sem termos comparativos, pode-se dizer que a prática de escrita de cartas não é tão comum como seria de esperar, se tivermos em conta não só a situação generalizada de separação das famílias como o facto de muitos imigrantes passarem vários anos consecutivos sem voltarem à Guiné. Nestas circunstâncias, não surpreenderia que muitas mais pessoas escrevessem com frequência. Porque não escrevem, então?

Embora não exclusiva, a dificuldade de domínio da língua portuguesa escrita, e também lida, parece ser a principal razão para que a troca de correspondência não seja mais habitual. Recorde-se que é, justamente, ao nível da escrita que os imigrantes guineenses declaram ter mais problemas para utilizar o português. Se considerarmos, por outro lado, que o uso do crioulo escrito ainda tem apenas estatuto experimental, no domínio literário, e se exceptuarmos aqueles que eventualmente escrevem em árabe, muitos dos que escrevem ou desejariam escrever cartas defrontam-se com essas limitações.

Além do mais, as dificuldades de domínio do português não se cingem a quem escreve ou eventualmente deseja escrever cartas. Elas são ainda maiores

para a generalidade dos destinatários dessas cartas. Como disse antes, os níveis de escolaridade e o conhecimento da língua portuguesa dos imigrantes guineenses são muito mais altos do que os da população guineense em geral, o que significa que, mesmo tendo capacidade para comunicar por escrito em português, uma parte dos imigrantes não o fará devido à incapacidade dos destinatários para decifrar as suas mensagens. Mais até do que as limitações dos próprios imigrantes, a impossibilidade ou dificuldade dos seus familiares em lerem as cartas que eles possam escrever parece ser aqui o principal obstáculo ao uso mais frequente deste meio de comunicação.

Houve, de resto, vários inquiridos que afirmaram recorrer, por vezes, a terceiros para escreverem cartas por eles, o que, por maioria de razão, não deixará de ser um expediente também utilizado no destino. Note-se aqui a proximidade com a situação clássica das comunidades imigrantes, onde a figura do intermediário escrevedor e/ou leitor das cartas alheias desempenhava uma função social muito importante, entretanto caída em desuso, não só pela maior facilidade em viajar e pela generalização do telefone, mas principalmente devido ao aumento global dos níveis de escolaridade.

As dificuldades de utilização do português escrito, num quadro de relações sociais e familiares em que a língua materna é outra, levam a que o telefone acabe por ter uma utilização mais corrente do que a correspondência. A prática da comunicação telefónica já era comum há alguns anos atrás e generalizou-se a partir do momento em que as ligações com a Guiné-Bissau se tornaram automáticas e passou a ser possível fazê-las de qualquer cabina de rua. Apesar de isso representar custos ainda significativos, para muitos imigrantes tornou-se rotina, logo após receberem o pagamento mensal, comprarem um ou dois cartões do tipo "credifone" e gastarem-nos até ao fim numa conversação longa com os familiares.

Além de superar as dificuldades da comunicação escrita, o telefone tem ainda a vantagem da rapidez, quando é necessário, por exemplo, pedir um documento urgente, e responde também a razões de natureza afectiva, bem expressas nas palavras de um inquirido que diz "telefonar quando quer ouvir a voz da irmã".

Para além do telefone, outra modalidade de comunicação não escrita é o envio de cassetes gravadas. É também uma forma de contornar os obstáculos da iliteracia e é, por outro lado, uma maneira de chegar a destinatários que não podem ser contactados por telefone, o qual, sublinhe-se, só é um

bem relativamente acessível na região de Bissau. Além disso, as cassetes permitem "dizer tudo o que se sente", sendo especialmente preferidas quando os assuntos de que se quer falar "são segredo", que é exactamente o que as cartas podem não permitir guardar, na medida em que estejam envolvidos na relação não apenas o emissor e o receptor, mas outros intervenientes que lêem e/ou escrevem essas cartas por eles.

Apesar de se tratar de práticas com alguma expressão quotidiana, as dificuldades de processamento de informação escrita de muitos imigrantes guineenses não deixam de se fazer sentir, tanto no consumo de livros, jornais e revistas, como no respeitante à comunicação com os familiares no país de origem. Os níveis de leitura mais altos confinam-se a um só tipo de suporte e, mesmo nesses casos, se exceptuarmos a leitura de revistas por parte do sector feminino, a maioria clara das respostas distribui-se pelos pontos da escala correspondentes a baixas ou nulas frequências, isto é, a grande maioria é formada pelos que disseram ler só "às vezes", "raramente" ou "nunca".

Pelo seu lado, no plano dos contactos com a Guiné-Bissau, o papel preponderante do telefone, embora se possa atribuir a um leque mais amplo de factores, põe em evidência que o principal deles é a dificuldade em lidar com o português, agora não só ao nível da leitura, com no plano mais exigente da escrita.

Importa salientar, em todo o caso, o facto de, comparativamente com o que se passa no domínio profissional ou na relação com documentos de natureza pública, acabar por ser na esfera pessoal que a grande maioria dos imigrantes guineenses encontra contextos de literacia menos pobres.

Isto leva a pensar, e é esse o objecto do ponto seguinte, nos processos em que, por baixas solicitações e exigências externas de literacia, tanto na esfera profissional como na esfera pública, as competências de leitura, escrita e cálculo disponíveis, e de que os usos voluntários privados dão justamente conta, podem acabar por regredir a pouco e pouco.

Trajectos de desqualificação social e literacia: professores na construção civil

Vimos atrás que a emigração da Guiné-Bissau para Portugal recruta largamente nos sectores jovens, urbanos e escolarizados, incluindo muitas pessoas que desempenhavam profissões científicas e técnicas, em diferentes departamentos do Estado guineense. Entre eles, há um número elevado de indivíduos com escolaridade média ou superior e destaca-se, especialmente, o grupo dos que eram professores, grande parte do ensino secundário e uns quantos do primário. A saída de tantos professores pode compreender-se tendo em conta que, no quadro mais geral da crise económica guineense e de degradação do poder salarial dos funcionários públicos, o sector da educação tem sido particularmente atingido.

Esses antigos professores representam cerca de 14% da amostra do inquérito à comunidade guineense. Mas o que é mais surpreendente é que dessa meia centena de professores, cerca de três quartos ocupam hoje profissões de execução manual desqualificada: 60% são operários da construção civil e 15% são empregadas dos serviços pessoais e domésticos e operárias industriais.

Assim se compreende que entre os guineenses operários da construção civil se encontrem, como foi dito, dez indivíduos em cada cem que frequentaram e/ou completaram o ensino superior. Estes universitários, que, em face das características do sector da construção, se podem considerar largamente sobrequalificados para o trabalho que fazem, conhecem, com a vinda para Portugal, verdadeiros trajectos de despromoção social, no sentido forte da palavra.

Mas antes mesmo de analisarmos os factores associados ao processo de desqualificação social desse segmento da população imigrante, vejamos alguns indicadores que dão conta, embora de forma indirecta, dos seus níveis de literacia.

Se observarmos a sua relação com a língua portuguesa e as suas práticas ao nível da posse e leitura de livros, jornais e revistas (Quadro 6.5), concluímos que se trata, com efeito, de pessoas com competências muita acima da média dos trabalhadores do sector e da comunidade guineense em geral e também, no que diz respeito à leitura, com valores acima dos que o Estudo Nacional de Literacia encontrou para o conjunto da população portuguesa.

Assim, nenhum desses ex-professores declarou ter dificuldade em compreender, falar ou escrever português, o que, no respeitante à oralidade, é corroborado pela observação directa dos entrevistadores. Estes atestam que mais de oitenta por cento desses inquiridos falam português com facilidade, contra apenas 54,3% do conjunto dos operários guineenses desse sector e 67,1% do total dos imigrantes guineenses. Claro que pode haver aqui algum opti-

mismo na auto-avaliação, sobretudo no plano da escrita, mas como a tendência para uma auto-avaliação ligeiramente por cima será de todos os inquiridos, as distâncias são na mesma significativas.

Quadro 6.5: Indicadores de literacia dos guineenses universitários na construção civil (%)

	Conjunto dos imigrantes guineenses	Conjunto dos guineenses operários da construção civil	Guineenses universitários na construção civil
Dificuldade auto-declarada em compreender português	9,5	14,2	0,0
Dificuldade auto-declarada em falar português	16,3	21,3	0,0
Dificuldade auto-declarada em escrever português	20,7	26,4	0,0
Facilidade em falar português (segundo o entrevistador)	67,1	54,3	83,3
Não têm livros em casa	49,6	65,6	23,1
Não têm jornais e revistas em casa	41,1	51,1	15,4
Lêem frequentemente livros	34,0	29,8	38,9
Lêem frequentemente jornais desportivos	25,3	37,9	55,6
Lêem frequentemente jornais não-desportivos	29,3	24,7	72,2

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

Todos os restantes indicadores apontam no mesmo sentido. É menos frequente esses ex-professores não terem livros, jornais e revistas em casa e, por outro lado, lêem-nos com mais frequência do que os seus conterrâneos em geral e do que os seus colegas de trabalho em particular. Este subconjunto dos imigrantes guineenses é também aquele que mais fala português no espaço doméstico.

O perfil cultural singular destes imigrantes pode mesmo suscitar episódios curiosos de choque cultural "ao contrário", no curso das interacções quotidianas no espaço de trabalho. Um deles, deslocado por alguns meses para uma obra grande na região de Pombal, contou como os seus colegas de camarata – jovens portugueses oriundos do interior centro – ficavam espantados por ele ter o hábito de ler antes de dormir. Aliás, o choque era mais global, uma vez que, além de ler, tinha ainda o hábito de tomar banho todos os dias e pedir leite na cantina.

Mas voltando à questão atrás enunciada, que factores podem estar associados a estes trajectos de desqualificação social? E que efeitos pode ter a permanência duradoura neste segmento do mercado de trabalho sobre as competências de leitura, escrita e cálculo de que dispõem os protagonistas desses trajectos?

Para esboçar uma resposta à primeira questão convém ter presente ainda um outro facto. É que, se a grande maioria desses ex-professores e universitários em geral foi socialmente desclassificada com a vinda para Portugal, há também alguns, embora em número bastante menor, que mantiveram as suas posições sociais e ocupam hoje lugares profissionais (quadros, professores) ajustados às suas competências escolares. Há mesmo, entre eles, um ou outro caso de indivíduos que chegaram a passar pelo mercado da construção civil, mas que acederam, passado algum tempo, a posições profissionalmente mais qualificadas.

O que fez divergir esses trajectos, até certo momento comuns? O que é que determinou nuns casos a ruptura e noutros a continuidade das trajectórias profissionais depois da vinda para Portugal?

Embora a resposta a estes perguntas careça de investigação mais aprofundada, que ainda está por realizar, e de o tempo de imigração da comunidade guineense não ser ainda suficientemente longo para comprovar tendências pesadas nos trajectos modais dos seus membros, podem apontar-se alguns factores cuja interferência é inequívoca.

A nacionalidade e a data de chegada/tempo de residência em Portugal são factores com influência directa. Como disse atrás, a linha que divide os guineenses com e sem nacionalidade portuguesa corresponde em boa parte a uma divisão de classe. Tal como acontece nas outras comunidades africanas, os segmentos de classe média e classe alta na comunidade guineense são constituídos maioritariamente por pessoas com a nacionalidade portuguesa. O efeito conjugado da nacionalidade portuguesa e da condição de classe garante, nestes casos, a manutenção do estatuto social depois da vinda para Portugal.

Por outro lado, aqueles que vieram ainda nos finais dos anos 70, ou no princípio dos anos 80, conseguiram mais facilmente manter o seu estatuto.

Em grande parte, são as mesmas pessoas, mas a data de chegada, só por si, não deixa de ter um efeito próprio. Embora os dados disponíveis não permitam saber se há ou não idênticos trajectos de despromoção social noutras comunidades africanas, parece seguro afirmar que o facto de ser uma imigração mais recente não é alheio ao número considerável desses trajectos entre os guineenses. Os indivíduos que, como acontece com os guineenses, chegam a Portugal no fim da década de 80 ou início da década de 90, com diplomas universitários ou de ensino médio, vêm encontrar um mercado de trabalho onde há grandes dificuldades de colocação para licenciados em geral e para licenciados estrangeiros em particular, conjuntura que não conheceram aqueles que chegaram dez ou quinze anos antes.

O ter-se feito os estudos universitários já em Portugal parece ter também alguma importância. Embora a maioria dos casos aqui em análise seja de pessoas que obtiveram os seus diplomas em países terceiros e depois, ou passaram pela Guiné antes de emigrarem para Portugal ou vieram para cá directamente, há um outro tipo de trajecto que é o dos indivíduos que se fixaram cá depois de terem frequentado universidades portuguesas e que antes de virem já trabalhavam como professores ou noutros lugares técnicos.

Nestes casos, parece ter sido comparativamente mais fácil o acesso a lugares compatíveis no mercado de trabalho, a que não serão alheias as redes de interconhecimento estabelecidas ao longo dos anos. De qualquer modo, são também de assinalar aqui trajectos mal sucedidos, na sequência dos quais, tendo ou não havido interrupção do percurso universitário, por problemas de insucesso escolar ou de perda de bolsas de estudo, a construção civil ou os serviços pessoais e domésticos acabaram por ser o destino profissional imediato.

Não pode deixar de se considerar ainda como variável importante as próprias estratégias individuais destes imigrantes. Perante um mercado de trabalho com muitos bloqueamentos, nomeadamente o subemprego de licenciados, e tendo em conta os obstáculos adicionais decorrentes da sua condição de estrangeiros, é na construção civil que muitos podem, mais facilmente, concretizar dois objectivos centrais dos seus projectos migratórios. A saber, o emprego imediato e a possibilidade de ganhar algum dinheiro rapidamente, permitindo-lhes, passados alguns anos, regressar à Guiné-Bissau. Será por isso que alguns destes imigrantes não chegam sequer a pedir a equi-

valência dos seus diplomas estrangeiros nas universidades portuguesas, o que lhes poderia eventualmente abrir outras alternativas de vida.

Seja como for, o que a situação actual destes universitários e ex-professores mostra bem é que a literacia não é uma variável independente no que à plena participação no jogo social diz respeito. Se a ausência de competências de leitura, de escrita e de cálculo limita fortemente as opções individuais num determinado quadro de alternativas socialmente estruturadas, a posse dessas competências, mesmo em grau elevado, não garante, só por si, um leque de escolhas mais amplo.

Não é por falta de competências de escrita, leitura e cálculo que esses imigrantes "caem" no mercado de trabalho da construção civil e, uma vez dentro dos circuitos de precariedade e informalidade que o caracterizam, muitos dificilmente conseguem de lá sair. O que está em jogo aqui são processos de natureza mais global, nomeadamente os que têm a ver com a segmentação do mercado de trabalho e a exclusão social, que, como se sabe, atingem vastos sectores da população portuguesa e, de forma particular, a maior parte da população imigrante.

Além disso, projectam-se também aqui os efeitos do desajustamento estrutural entre as qualificações conferidas por sistemas de ensino sempre em expansão, que vão progressivamente elevando os níveis médios de escolaridade nas sociedades modernas, e a permanência, ao nível do mercado de trabalho, de vastos segmentos desqualificados e desqualificantes, que pouco ou nenhum apelo fazem aos saberes escolares, mesmo os mais básicos.

O exemplo dos imigrantes universitários na construção civil é uma concretização extrema de um fenómeno mais geral de desvalorização dos diplomas, que tem, nesse mesmo e noutros sectores do mercado de trabalho, variadas manifestações. No estudo já citado, onde esta questão é largamente analisada, José Madureira Pinto e Cidália Queiroz chamam justamente a atenção para "o enorme abismo" que, na construção civil, separa os perfis de escolarização de aprendizes e encarregados, "opondo subalternos razoavelmente instruídos a chefias desprovidas de títulos e saberes escolares"²⁵.

Neste quadro, pode-se perguntar se a permanência duradoura neste sector do mercado de trabalho não terá mesmo efeitos regressivos sobre as

²⁵ José Madureira Pinto e Maria Cidália Queiroz, op. cit., p. 74.

competências de leitura, escrita e cálculo de que aqueles imigrantes dispõem à chegada a Portugal. Como foi dito anteriormente, o trabalho na construção civil é não só pobre em exigências de literacia, mas também virtualmente empobrecedor dos níveis de literacia de que dispõem, à partida, os que aí exercem profissão.

Assumindo-se que esse e outros universos profissionais se constituem como verdadeiros contextos de produção de iliteracia, e admitindo ainda que muitos desses imigrantes com qualificações universitárias tenderão a não encontrar alternativas de emprego viáveis, poder-se-á assistir a um processo de progressiva desactivação das suas competências escolares, de morte lenta de literacia, por falta de solicitações e condições para o seu exercício.

Claro que não se pode perder de vista que, regra geral, no curso de trajectos escolares longos, como foram os desses imigrantes, não só se obtêm qualificações escolares elevadas como se adquirem disposições para a leitura, de que os indicadores de literacia extraprofissional patentes no Quadro 6.5 dão testemunho. Mas, como estamos perante uma situação em que não se pode garantir que quem sabe nunca esquece, é mais certo afirmar que a ocorrência ou não desses processos de regressão de literacia dependerá, finalmente, das oportunidades futuras de que venham a dispor, principalmente no plano profissional.

A escolarização dos filhos dos imigrantes: perspectivas futuras de literacia

Num trabalho em que se discutem factores e processos associados à relação entre minorias e literacia, não pode deixar de se equacionar, a partir das evidências hoje disponíveis, tendências de evolução futura.

Para muitos dos adultos jovens que formam o grosso das comunidades imigrantes há indicações de que essa evolução pode ser negativa. Isso acontece através de processos particulares de eventual regressão de literacia como os que acabámos de referir, mas, mais genericamente, pelo facto de a maioria dos imigrantes não só ter dificuldades, inclusivamente por razões linguísticas, em lidar com a escrita e a leitura, como ter um quotidiano de fracas exigências de literacia, tanto na esfera profissional como na esfera pública.

Mas a evolução futura passa, mais ainda, pelo que venham a ser os níveis de literacia dos descendentes dos actuais imigrantes. Estes descendentes, muitas vezes designados por "imigrantes de segunda geração", mas que na

verdade, por nascerem e crescerem em Portugal, são mais luso-africanos²⁶ do que imigrantes propriamente ditos, representam já uma proporção significativa da população imigrante.

Apesar de em comunidades como a guineense o reagrupamento familiar ser ainda bastante limitado, hoje é já bem visível, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, a reprodução de gerações.

Na falta de estatísticas globais e sistemáticas que permitam avaliar o peso numérico dessas gerações mais jovens, alguns indicadores parcelares são bastante reveladores. No ano lectivo de 1991/92 estavam inscritas, só no 1º ciclo do ensino básico, mais de 13 000 crianças das comunidades originárias dos PALOP, com destaque para as de origem cabo-verdiana, que representavam mais de metade desse universo²7. Nos outros graus de ensino havia, certamente, mais alguns milhares. Em certas áreas da região de Lisboa com forte concentração de imigrantes africanos, podem mesmo encontrar-se escolas do 1º ciclo do ensino básico onde a maioria dos alunos é negra.

Hoje é já claro que a relação dessas crianças com a escola não é, globalmente, uma história de sucesso, particularmente no que diz respeito às crianças africanas. As taxas de insucesso escolar entre crianças de minorias são, na maior parte dos casos, mais elevadas do que a média nacional, já de si muito alta.

Dados de 1991, relativos ao 1º ciclo do ensino básico, mostram que as crianças macaenses, timorenses e indianas, por esta ordem, estavam ligeiramente abaixo das taxas nacionais de insucesso escolar (cerca de 25%), mas que as crianças de todas as comunidades africanas e ainda as ciganas estavam bem acima desses valores médios. O insucesso atingia, em primeiro lugar, os alunos ciganos, seguindo-se cabo-verdianos, são-tomenses, guineenses, angolanos e moçambicanos²8.

Também um estudo feito na área da Grande Lisboa, e publicado nesse mesmo ano, sobre os sectores mais desfavorecidos das diversas minorias

²⁶ Sobre este conceito ver Fernando Luís Machado, «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», *op. cit.*

²⁷ Dados do Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação.

²⁸ Idem.

étnicas, revela que, entre os jovens até aos 24 anos que já tinham deixado de estudar, 64% não completaram a escolaridade obrigatória, 25% não completaram mais do que esse grau de ensino e só 11% o ultrapassaram²⁹.

Apesar das iniciativas que visam especificamente inverter estes números, dinamizadas em muitas escolas de todo o país, desde há alguns anos, pelo Secretariado Coordenador de Programas de Educação Multicultural do Ministério da Educação, pode perguntar-se se não terá já começado a cristalizar-se uma tendência que aponta seriamente para a constituição de novos segmentos de população com baixos níveis de literacia, a curto ou médio prazo.

Hoje não há elementos suficientes para dar uma resposta directa e cabal a esta pergunta. Dentro da carência mais geral de trabalhos sobre a situação social dos imigrantes e das minorias étnicas em Portugal, faltam particularmente estudos sobre os trajectos e a composição social dos jovens luso-africanos descendentes de imigrantes. Por exemplo, sobre as modalidades de entrada no mercado de trabalho daqueles que já deixaram, precocemente ou não, o sistema de ensino, aspecto decisivo para perceber a configuração dessa tendência, sabe-se muito pouco.

Em termos aproximativos e algo impressionistas, pode de qualquer modo dizer-se que, nestas novas gerações, se desenham dois feixes principais e bem distintos de trajectórias sociais, reais ou virtuais.

Por um lado, parece certo que os jovens oriundos dos sectores letrados de classe média e alta das várias minorias africanas seguem ou virão a seguir os trajectos modais dos jovens dessa origem de classe em geral, frequentando as universidades e tendo acesso a sectores qualificados do mercado de trabalho. Não há razão para pensar que os mecanismos de reprodução social que actuam para a generalidade das classes médias de elevada escolaridade não actuem também aqui. Logo, não será para estes jovens que se coloca ou irá colocar o problema da iliteracia.

Mas estes são evidentemente sectores minoritários dentro das próprias minorias. No caso dos filhos dos imigrantes desfavorecidos, a questão que se coloca é saber se também ocorre uma reprodução em larga escala das condições

²⁹ Cf. Alfredo Bruto da Costa e Manuel Pimenta (coord.), *Minorias Étnicas Pobres em Lisboa*, Lisboa, Departamento de Pesquisa Social do Centro de Reflexão Cristã, 1991.

de classe de partida ou se as oportunidades dos filhos são e serão mais amplas do que as dos pais.

Evidências localizadas e não generalizáveis sugerem que a integração dos jovens luso-africanos de baixa origem social no mercado de trabalho estará a fazer-se em moldes não muito diferentes da dos seus progenitores. Uma pesquisa recente sobre a juventude no concelho de Loures, um dos concelhos do país onde a presença de minorias é mais significativa, mostra que os jovens não europeus apresentam perfis profissionais comparativamente menos favorecidos do que os jovens europeus³⁰. Embora a proporção de operários seja idêntica nas duas categorias, os não europeus são muitíssimo menos nas profissões intelectuais e científicas e nas profissões técnicas e de enquadramento, concentrando-se antes em lugares de empregados executantes do comércio e dos serviços. Além disso, metade deles não tem contrato de trabalho nem faz descontos para a segurança social, situações muito menos frequentes entre os europeus.

Em todo o caso, dado o tempo de residência relativamente curto das comunidades imigrantes, é preciso dizer que a grande maioria dos seus descendentes está ainda hoje a frequentar o sistema de ensino, e que é aí que se joga no imediato o seu futuro.

Neste quadro, uma variável importante a considerar são as estratégias das famílias imigrantes face à escolarização dos seus filhos. A maioria dessas famílias percebe claramente a centralidade da escola na estruturação das suas oportunidades futuras.

Relativamente às famílias guineenses, por exemplo, a valorização da escola está bem patente no nível de aspirações manifestado para os filhos. Quando se pergunta até onde gostariam que eles chegassem na escola, a maioria esmagadora das respostas indica como meta a obtenção de um curso universitário.

A aposta na escola passa, em primeiro lugar, pelas preocupações expressas relativamente ao domínio da língua portuguesa pelas crianças. Estudos exploratórios mostram, no caso cabo-verdiano, que os pais procuram restringir

³⁰ Pesquisa realizada no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da responsabilidade de uma equipa constituída por João Ferreira de Almeida, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira e João Sedas Nunes. Dados retirados de Fernando Luís Machado, A Juventude do Conselho de Loures – Diversidade de Condições Sociais (2.º volume do relatório final), 1994.

a utilização do crioulo pelos filhos, sendo elevada a percentagem dos que comunicam com eles apenas em português³¹. Dados do inquérito à população guineense confirmam essa tendência. Perto de 90% dos inquiridos que têm filhos em Portugal afirmam que estes falam com eles apenas em português.

À primeira vista estes dados são surpreendentes, em face do que foi dito sobre o peso cultural do crioulo, tanto na comunidade guineense como na cabo-verdiana. Mas a contradição é só aparente. Se para os adultos dessas duas comunidades o uso do crioulo é hegemónico, também é notória a diferença de experiências linguísticas dos mais novos. Embora faltem pesquisas de observação directa que permitam avaliar se, de facto, essas crianças usam generalizadamente a língua portuguesa nos espaços extra-escolares, não só na família, mas também no grupo de pares, não há dúvida de que, comparativamente com os seus pais, a socialização linguística em português dessas crianças é muito forte.

Isso deve-se, desde logo, ao efeito da própria integração escolar. Mas é também resultado do ambiente linguístico mais geral, da acção dos *media* e das interacções quotidianas com outras crianças. Tanto na convivialidade escolar como extra-escolar essas crianças usam necessariamente o português para comunicar com colegas, amigos ou vizinhos, não só portugueses, mas também das minorias não falantes de crioulo. O incentivo dos pais no sentido de as crianças falarem português é, então, um factor adicional de socialização linguística.

Em muitas famílias cabo-verdianas e guineenses o quadro linguístico quotidiano é um em que os pais falam muito mais crioulo do que português e os filhos muito mais português do que crioulo, incluindo situações em que os pais se dirigem aos filhos em crioulo e estes respondem em português. São portanto os filhos, na maior parte dos casos, quem melhor fala, lê e escreve o português, até por estarem a frequentar a escola, compreendendo-se assim que façam observações do género "o pai não sabe falar português".

De qualquer forma, é preciso não perder de vista que o crioulo não deixa de ser uma faceta importante, ainda que mediata, da identidade cultural das crianças cabo-verdianas e guineenses. Apesar dos múltiplos factores de

³¹ Ver Alfredo Bruto da Costa e Manuel Pimenta (coord.), op. cit.

socialização linguística em português, incluindo, como disse, o incentivo dos próprios pais, não se pode pensar simplesmente que, só por terem nascido e/ou crescido em Portugal, a língua materna dessas crianças é o português. Elas estão mais provavelmente numa situação de bilinguismo, onde o peso de uma e outra língua dependerá da sua valorização respectiva, não só na família de origem como nos contextos de interacção imediatos.

E aqui é preciso sublinhar que a atitude da escola e dos professores face ao bilinguismo dessas crianças é um factor que interfere no desenvolvimento do próprio processo de escolarização. Não está em causa para ninguém, a começar pelas famílias, a ideia de que a aprendizagem do português é um factor indispensável para a integração bem sucedida dessas crianças na sociedade portuguesa. No entanto, os preconceitos face às crianças que chegam à escola com dificuldades no português e a usar mais o crioulo, preconceitos ainda bastante difundidos no corpo docente, bem como a desvalorização do crioulo enquanto veículo de comunicação extra-escolar, só prejudicam o primeiro embate desses alunos com a instituição escolar e não contribuem nada para o prosseguimento bem sucedido do seu trajecto futuro.

A questão linguística, as dificuldades na relação com instituições e documentos e até o estatuto de clandestinidade de uma parte das famílias imigrantes concorrem para o estabelecimento de uma relação de distância com a escola. A tradicional dificuldade de relacionamento da instituição escolar com os meios sociais desfavorecidos tende a ser ainda maior no caso dos imigrantes, acabando por não se fazer sentir, muitas vezes, os efeitos práticos que poderiam resultar do facto de essas famílias valorizarem altamente a escolarização dos seus filhos.

É que, para além de esbarrar nas dificuldades da escola em se relacionar com os meios imigrantes, a aposta escolar destas famílias colide com constrangimentos vários da sua vida quotidiana. Factores como as privações materiais de vária ordem, a desarticulação das relações familiares resultante do processo migratório ou a transferência de responsabilidades domésticas pesadas para as crianças, entre outros, condicionam directamente o nível de desempenho escolar dos alunos destes meios³².

³² Para uma análise das condições de escolarização dos filhos de imigrantes africanos ver Isabel Sasseti Paes, «Crianças de imigrantes. Que oportunidades?», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, 1993.

No que respeita especificamente à socialização para a leitura e a escrita, os dados anteriormente analisados, embora mostrem ser ao nível do consumo de jornais e revistas que as capacidades de leitura acabam por se exercitar mais, não deixam também de revelar taxas de não-leitura ou de leitura ocasional muito elevadas, donde se pode depreender que os efeitos de exemplo e outros estímulos ao desenvolvimento de hábitos de leitura nas crianças só muito parcialmente funcionarão entre os sectores desfavorecidos da população imigrante.

De qualquer modo, não deixará de se consolidar uma diferença de fundo entre os imigrantes propriamente ditos e os seus descendentes, no que respeita especificamente aos níveis de literacia. Por efeito dos percursos escolares por tendência mais longos e feitos quase exclusivamente em Portugal, no caso dos segundos, e mais curtos e feitos sobretudo nos países de origem no caso dos primeiros, com excepção do tal segmento de universitários em processo de desqualificação social, e tendo ainda em conta o maior domínio da língua portuguesa por parte das novas gerações, os níveis médios de literacia dos jovens descendentes de imigrantes serão certamente mais altos do que entre os seus pais e mães.

Essa diferença ajuda, aliás, a perceber o próprio posicionamento das gerações mais velhas e mais novas em relação à sociedade e ao Estado receptores. Se não parece haver dúvida de que as atitudes de conformismo e de retraimento público e político da generalidade dos imigrantes se devem, entre outros factores, a insuficiências de literacia, a ruptura visível com essas atitudes por parte dos seus descendentes também não será alheia ao facto de essas insuficiências não serem já tão acentuadas.

Mas também é preciso salientar que as exigências de literacia que os descendentes das famílias imigrantes vão encontrar na vida adulta, tanto na esfera profissional como nas esferas social e pessoal, serão certamente mais altas do que as que os seus pais conhecem actualmente. Resta então saber como é que as competências que tenham à saída da escola irão condicionar as suas oportunidades de ida, comparativamente com as dos jovens portugueses em geral.

6.6. Notas finais

Para concluir este trabalho, vale a pena sintetizar alguns dos pontos fundamentais atrás analisados e deixar duas ou três notas complementares.

A situação de literacia mais comum entre os sectores socialmente desfavorecidos da população imigrante pode resumir-se, através de um "retrato-padrão", com os contornos que se seguem. O que se pretende não é reconstituir toda a "fisionomia" de uma categoria social internamente diferenciada, mas apenas sublinhar os seus traços mais marcantes, traços partilhados pela maioria das pessoas que a integram.

Jovem imigrante a trabalhar sem contrato na construção civil, cujo acesso a esse sector de actividade profissional se desenrolou sem quaisquer mediações formais que implicassem a utilização da escrita e da leitura. Vive, sem contrato de arrendamento ou apenas com contrato oral, numa casa abarracada, num anexo, quarto ou parte de casa. Não lida com facturas de água ou electricidade, porque não tem ou não paga, nos casos em que a habitação é clandestina, ou isso está incluído no aluguer nas outras situações. O mesmo se passa quanto ao telefone, quando existe, mas o seu uso também só é autorizado para receber chamadas. De qualquer modo, para comunicar com os familiares e amigos na Guiné-Bissau usa cada vez mais os cartões tipo "credifone" e só secundariamente a escrita, até porque, muitas vezes, os destinatários dessas cartas não saberiam lê-las.

Tem conta bancária, mas só a utiliza praticamente para fazer depósitos. Mesmo isso não é muito frequente, porque o dinheiro que sobra mensalmente (quando o patrão paga tudo e a horas) é enviado para a Guiné, por mão própria, para a mulher, a mãe ou um irmão mais velho. Como não tem nada que comprove, no papel, a sua condição de trabalhador com um salário (por exemplo, um recibo de ordenado) não pode pedir empréstimos bancários para comprar equipamentos domésticos, seja para uso próprio seja para mandar para a família. A mesma impossibilidade de comprovar formalmente os seus rendimentos mensais impede-o de adquirir esses equipamentos a crédito nas grandes superfícies comerciais e lojas especializadas. Vale-lhe a loja do bairro que vende os mesmos produtos, embora mais caros, mas onde, por conhecimento directo ou por mediação de terceiros, faz com o comerciante um acordo não-escrito para ir pagando todos os meses uma determinada quantia.

Passaram-se cinco anos desde que chegou a Portugal e já conheceu muitos patrões e locais de trabalho, sempre através de contactos informais. Durante todo esse tempo, apesar de ter ficado episodicamente sem trabalho na passagem de uma obra para outra, nunca contactou com um centro de emprego

ou com os serviços da segurança social, para a qual nunca descontou. Nesses cinco anos nunca precisou de lidar com materiais impressos para fazer o que tinha a fazer no seu trabalho. Apenas tem de registar no pequeno cartão que lhe é entregue pelo encarregado ou pelo subempreiteiro as horas que faz em cada dia, para acertarem contas no fim de cada mês.

Continua sem contrato de trabalho. Como não existe oficialmente enquanto trabalhador nunca pagou impostos e, por isso, passa anualmente ao lado de uma das mais complexas exigências modernas em matéria de processamento de informação escrita. Hoje já tem a "residência", mas quando foi do processo de legalização extraordinária aberto pelo governo teve de ir mais de uma vez ao Serviço de Estrangeiros porque não percebeu nem lhe souberem explicar bem os documentos que tinha de apresentar. Alguns colegas pagaram a pessoas para lhes tratarem dos "papéis" e outros ainda estão clandestinos. Anualmente continua a deslocar-se àquele serviço para renovar a autorização de residência.

Aos domingos ou à segunda-feira gosta de comprar um jornal desportivo para acompanhar o futebol e às vezes também compra jornais diários, sobretudo quando algum traz notícias da Guiné. Às vezes tem dificuldade em compreender certas palavras e frases do português, como já tinha quando andava a estudar, mas o seu colega de quarto, que era professor em Bissau, ajuda-o.

Gostava de mandar vir a família, mas não sabe se tem condições para isso e para pagar os estudos das crianças. Os seus sobrinhos, que estão cá, têm tido dificuldades na escola, até já chumbaram uma vez, e tem medo que isso aconteça com os seus filhos.

A plena integração e participação individual nas sociedades modernas confronta os seus membros, no curso e em diferentes esferas da vida quotidiana, com tarefas complexas, cuja resolução faz apelo a competências de leitura, escrita e cálculo sempre progressivas e bastante superiores às de duas ou três décadas atrás.

Foi esta ideia que abriu caminho à problemática e aos estudos de literacia, ao mesmo tempo que questionava e mostrava as limitações de conceitos como alfabetismo, analfabetismo ou níveis de escolaridade. Estes últimos reportam-se e cristalizam determinados momentos de trajectórias individuais ou colectivas e podem dizer muito pouco sobre a evolução posterior das com-

petências disponíveis nesses momentos. Como mostrou com clareza a análise extensiva do Estudo Nacional de Literacia, há pessoas com licenciatura que têm dificuldades em resolver tarefas de Nível 3 ou 4, que outras, com níveis de escolarização muito mais baixos, resolvem.

O que a situação-tipo atrás descrita mostra é que a generalidade dos imigrantes desfavorecidos vive "noutra" sociedade. De facto, a sua vida quotidiana decorre em circuitos profissionais, sociais, culturais e políticos segmentados, com intercâmbios restritos com a sociedade mais ampla, onde as relações contratuais com instituições e particulares têm uma forte marca de informalidade ou omissão, e em que quase sempre se contorna a necessidade de processamento de informação escrita. Muitas vezes, não porque as pessoas não sejam capazes de ler ou escrever, mas porque são muito baixas as exigências de literacia inscritas nos quadros sociais em que se movimentam.

Pode falar-se mesmo, a este propósito, de círculos viciosos de iliteracia, em mais de um sentido. Pessoas com baixos níveis de literacia, movimentando-se em circuitos sociais e profissionais onde as exigências de processamento de informação escrita são mínimas ou nulas, verão as suas competências de escrita e leitura cada vez mais reduzidas e tenderão, portanto, a ficar confinadas a esses circuitos; mas também aquelas que têm, à partida, níveis de escolaridade mais altos podem conhecer percursos desse tipo se, à semelhança das primeiras, se movimentarem em contextos que, do ponto de vista da literacia, são desqualificados e desqualificantes.

No plano específico da relação com instituições e documentos oficiais e não oficiais, o círculo vicioso é particularmente nítido. Na medida em que muitos imigrantes passam ao lado dessas instituições ou têm com elas uma relação puramente informal, como acontece no mercado de trabalho, não lidam senão episodicamente com documentos escritos; e porque o contacto com esse tipo de materiais impressos é escasso, torna-se mais difícil estabelecer relações formais com essas instituições.

O que aqui está em causa, afinal, é a relação de dupla face entre cidadania e literacia. O estado da literacia nas comunidades imigrantes traduz o confinamento da maioria dos seus membros a circuitos sociais informais e auto-suficientes, marginalizados e marginalizadores, onde a coesão intragrupo pode ser intensa, mas que não asseguram integração social. O atrofiamento da cidadania, enquanto sistema de direitos e deveres, é exemplarmente representado pelas inúmeras situações de ausência simultânea de contrato de tra-

balho, declaração fiscal de rendimentos e descontos para a segurança social ou pela permanência de muitas situações de clandestinidade.

Num quadro como este tornam-se improváveis, se não impossíveis, as situações que, ao contrário do que acontece com os ex-professores a trabalhar na construção civil, prefiguram trajectos de progressão de literacia e de qualificação social. O exemplo de um guineense de 31 anos, que fez a quarta classe já em Portugal e que afirma ler frequentemente livros para apreender melhor a língua portuguesa é uma verdadeira singularidade, um caso de autodidactismo fortemente voluntarista, que vai em sentido contrário à corrente.

Certos autores referem haver nas comunidades imigrantes uma motivação particular para a educação de adultos, que decorre, basicamente, "da visão de um futuro que difere do passado"³³. Com efeito, a vontade de aprender a língua da sociedade receptora pode levar à progressão de literacia numa idade em que muitas pessoas com o mesmo perfil social podem conhecer, pelo contrário, processos de perda de competências de escrita e de leitura. Mas para serem viáveis, essas estratégias de progressão precisam dos devidos suportes institucionais, nomeadamente esquemas de formação intensivos destinadas a ensinar a adultos imigrantes a língua da sociedade de acolhimento, prática generalizada em países como os E.U.A., mas que em Portugal têm expressão meramente pontual.

No panorama global da literacia em Portugal, pode dizer-se que a posição dos imigrantes é, em termos quantitativos, ainda um aspecto relativamente menor. O seu peso é diminuto não só por referência à população portuguesa no seu conjunto, como por referência ao enorme número de portugueses cujos níveis de literacia são baixos ou muito baixos. Além disso, a imigração é um fenómeno de dimensão regional e não nacional. Mas se em termos absolutos é assim, já no que respeita ao grau de incidência de situações de iliteracia certos segmentos da população imigrante são, sem dúvida, das categorias sociais em pior situação, em homologia com o que acontece, de resto, com o fenómeno mais amplo da exclusão social.

Por o processo imigratório ser uma realidade recente em Portugal, ainda não há tempo para identificar com segurança tendências sobre o trajecto

³³ Cf. David Harman, *Illiteracy: A National Dilemma*, New York, Toronto, Cambridge Book Company, 1987.

futuro das comunidades imigrantes. Não é de excluir um cenário de maior integração e participação dessas comunidades na sociedade portuguesa, seja através de políticas correctoras gerais e específicas, seja através de trajectos de promoção social dos seus membros. Mas parece ainda menos de excluir um processo de cristalização das condições sociais desfavorecidas que hoje afectam a larga maioria desses imigrantes.

Seja como for, o que é já nítido é a tendência para a fixação e reprodução dessas comunidades imigrantes, até porque a situação dos países de origem, por uma razão ou por outra, continua a não convidar ao regresso. Por isso mesmo e por se manterem actuantes os factores que atraíram essas comunidades para Portugal, nada indica que os fluxos imigratórios parem nos próximos anos, embora possam ter menor intensidade.

Dito isto, e se a situação social destas minorias permanecer como está hoje, não só teremos, num horizonte de quinze a vinte anos, novos adultos e idosos com baixos níveis de literacia, como uma geração de crianças e jovens adultos com dificuldades a esse nível, a avaliar pelas actuais taxas de insucesso e abandono escolar.